

GUIA DE  
INVESTIMENTO

---



# Brasil

投資  
指南

# 巴西

投资指南 GUIA DE INVESTIMENTO

---

巴西  
BRASIL

## **巴西投资指南**

### **Guia de Investimento do Brasil**

#### **出版 | Editora**

中国—葡语国家经贸合作论坛（澳门）常设秘书处

Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)

#### **承制 | Coordenação**

MACAULINK新闻及信息服务有限公司

Agência de Informação e Notícias Macaulink, Lda.

#### **内容 | Conteúdos**

Ecosphere Consultores, Lda

#### **印刷 | Impressão**

华辉印刷有限公司

Welfare Printing Company, Ltd.

#### **版次 | Versão**

2021年9月

Setembro de 2021

#### **规格 | Dimensão**

21cm x 14,8cm

#### **印量 | Tiragem**

500

**ISBN** 978-99965-655-7-1

© 版权所有 侵权必究

Todos os direitos reservados

投资指南 GUIA DE INVESTIMENTO

---



巴西  
BRASIL



# 目录 ÍNDICE

▲  
里约热内卢  
Rio de Janeiro

- 8 巴西官方数据  
Dados Oficiais do Brasil
- 9 总统及政府  
Presidência e Governo
- 9 主要贸易伙伴  
Principais Parceiros Comerciais
- 9 国内生产总值  
Produto Interno Bruto
- 11 重点产业  
Principais Indústrias



- 11** 自然资源与投资机会  
Recursos Naturais e Oportunidades de Investimento
- 12** 成立公司  
Constituição de Empresa
- 19** 外国投资审批  
Aprovação de Investimento Estrangeiro
- 22** 中国与巴西关系  
Relações entre a China e Brasil
- 25** 2021年投资指南
- 51** Guia de Investimento 2021
- 83** 巴西常用缩写词和首字母缩略词  
Siglas e Acrónimos do Brasil
- 85** 巴西常用缩写词与简称  
Siglas e Acrónimos Comuns aos Países de Língua Portuguesa
- 86** 中国—葡语国家经贸合作论坛（澳门）  
Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)
- 88** 服务平台  
Plataforma de Serviços



## 巴西官方数据

### Dados Oficiais de Brasil



**官方名称:** 巴西联邦共和国

**Nome Oficial:** República Federativa do Brasil



**面积:**

8,515,767平方公里

**Área:**

8 515 767 km<sup>2</sup>



**人口:**

211.700.000 (2020年)

**População:**

211,7 milhões (2020)



**首都:**

巴西利亚

**Capital:**

Brasília



**官方语言:**

葡萄牙语

**Língua Oficial:**

Português



**时区:** GMT-3

**Hora Local:** TMG-3



**货币:** 雷亚尔

**Moeda:** Real (BRL)



**地理位置:**

巴西位于南美洲东部，东濒大西洋。

**Localização:**

Situado no leste na América do Sul, o Brasil fica localizado a oeste do Oceano Atlântico.



**行政区划:**

巴西联邦共和国全国共分26个州和1个联邦区，共27个行政单位，具体如下：

- 中西部地区：戈亚斯州、马托格罗索州、南马托格罗索州、巴西利亚联邦区。
- 北部地区：阿克里州、亚马逊州、阿马帕州、帕拉州、朗多尼亚州、罗赖马州、托坎廷斯州。
- 东北部地区：阿拉戈斯州、巴伊亚州、塞阿拉州、马拉尼昂州、皮奥伊州、伯南布哥州、帕拉伊巴州、北里奥格兰德州、塞尔希培州。
- 南部地区：巴拉那州、南里奥格兰德州、圣卡塔琳娜州。
- 东南部地区：圣埃斯皮里图州、米纳斯吉拉斯州、里约热内卢州、圣保罗州。

**Divisão Administrativa:**

A República Federativa do Brasil compõe-se de 27 unidades políticas, sendo 26 Estados e um Distrito Federal.

- Os estados que compõem o Centro-Oeste são: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal (Brasília).
- A região Norte abriga os seguintes estados: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.
- O Nordeste abrange Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.
- O Sul é composto por Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- A região Sudeste abriga os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

## 总统及政府 Presidência e Governo



**国家元首: Presidente:**  
雅伊尔·博索纳罗 Jair Bolsonaro

**巴西经济部长: Ministro da Economia:**  
保罗·格德斯 Paulo Guedes



政府官方网站：  
Portal do Governo:  
<http://www.gov.br>

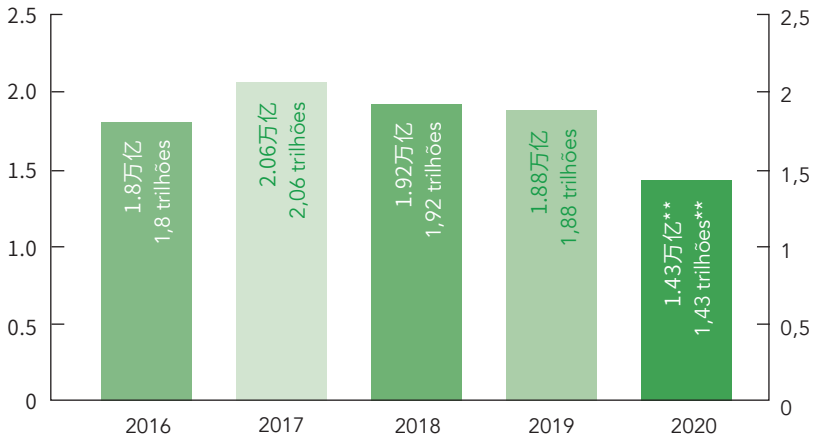
## 主要贸易伙伴 (2020) Principais Parceiros Comerciais (2020)



阿根廷、中国、  
美国和欧盟

Argentina, China,  
Estados Unidos e a  
União Europeia

## 国内生产总值\* Produto Interno Bruto\*



\*美元 USD

\*\*估算值 Estimativa





大西洋  
Oceano Atlântico

委内瑞拉  
Venezuela

哥伦比亚  
Colômbia

保艾佩雷卡  
Boa Vista

罗赖马州  
Roraima

阿马帕州  
Amapá

马卡帕  
Macapá

貝倫  
Belém

圣路易斯  
São Luis

北里约格朗德州  
Rio Grande do Norte

帕拉伊巴州  
Paraíba

福塔莱萨  
Fortaleza

亚马孙州  
Amazonas

马瑙斯  
Manaus

帕拉州  
Pará

马拉尼昂州  
Maranhão

塞阿腊州  
Ceará

纳塔耳  
Natal

若昂佩索阿  
João Pessoa

累西腓  
Recife

阿克雷州  
Acre

朗多尼亚州  
Rondônia

马托格罗索州  
Mato Grosso

托坎廷斯州  
Tocantins

皮奥伊州  
Piauí

伯南布哥州  
Pernambuco

阿拉戈斯州  
Alagoas

塞尔希培州  
Sergipe

秘鲁  
Peru

玻利维亚  
Bolívia

联邦区  
Distrito Federal

巴伊亚州  
Bahia

阿拉卡茹  
Aracaju

萨尔瓦多  
Salvador

韦柳港  
Porto Velho

库亚巴  
Cuiabá

戈亚斯州  
Goiás

米纳斯吉拉斯州  
Minas Gerais

马塞欧  
Maceió

阿拉戈斯州  
Alagoas

塞尔希培州  
Sergipe

南马托格罗索州  
Mato Grosso do Sul

巴拉圭  
Paraguai

圣保罗州  
São Paulo

戈亚尼亚  
Goiânia

贝洛奥里藏特  
Belo Horizonte

圣保罗  
São Paulo

里约热内卢  
Rio de Janeiro

圣埃斯皮里图州  
Espírito Santo

普拉拿州  
Paraná

库里蒂巴  
Curitiba

圣保罗  
São Paulo

里约热内卢  
Rio de Janeiro

里约热内卢州  
Rio de Janeiro

南里奥格兰德州  
Rio Grande do Sul

阿雷格里港  
Porto Alegre

圣卡塔琳娜州  
Santa Catarina

阿根廷  
Argentina

乌拉圭  
Uruguai



大西洋  
Oceano Atlântico

- 北部地区 Região Norte
- 东北地区 Região Nordeste
- 中西部地区 Região Centro-Oeste
- 东南地区 Região Sudeste
- 南部地区 Região Sul






## 重点产业 Principais Indústrias



### 北部 | NORTE

-  可持续农产品加工业  
Agro-indústria sustentável
-  旅游业和服务业  
Turismo e serviços
-  矿业（铝、铜、锡、铁）  
Indústria mineira  
(alumínio, cobre, estanho, ferro)







### 中部 | CENTRO - NORDESTE

-  农产品加工业和畜牧业  
Agro-indústria e criação de gado
-  矿业（黄金、钻石、石灰石）  
Indústria mineira  
(ouro, diamantes, calcário)
-  商业和服务业  
Comércio e serviços

### 南部 | SUL - SUDESTE

-  制造业  
Indústria transformadora
-  农产品加工业和畜牧业  
Agro-indústria e criação de gado

## 自然资源与投资机会 Recursos Naturais e Oportunidades de Investimento

-  5G通信技术  
Telecomunicações móveis  
de 5ª geração
-  电子商务  
Comércio electrónico
-  太阳能、风能发电项目及其他可再生能源项目  
Projectos de energia solar  
e eólica e outras fontes  
renováveis
-  港口、公路和铁路基础设施  
的建设和特许经营  
Construção e concessão de  
infra-estruturas portuárias,  
rodoviárias e ferroviárias
-  为区域贸易往来提供运输及  
物流服务  
Transportes e logística para  
comércio regional
-  拥有大量优质土地可用于发  
展农业和畜牧业  
Agricultura e pecuária,  
com grande quantidade de  
terrenos disponíveis

## 成立公司（圣保罗州\*） Constituição de empresa (Estado de São Paulo\*)

1

确定公司名称是否可用以及公司住所地址是否可行（圣保罗市政府）

- 可通过以下网址核对公司名称：  
[www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br)。
- 接下来，可向市政府申请对公司住所进行可行性分析，通过“企业登记及执照发放系统”办理（网址：<http://www.redesimples.df.gov.br/>）。
- 如公司地址获准，申请人将在几分钟后收到一份在线发出的“企业注册合法化简化系统表格”（简称REDESIM表格）。

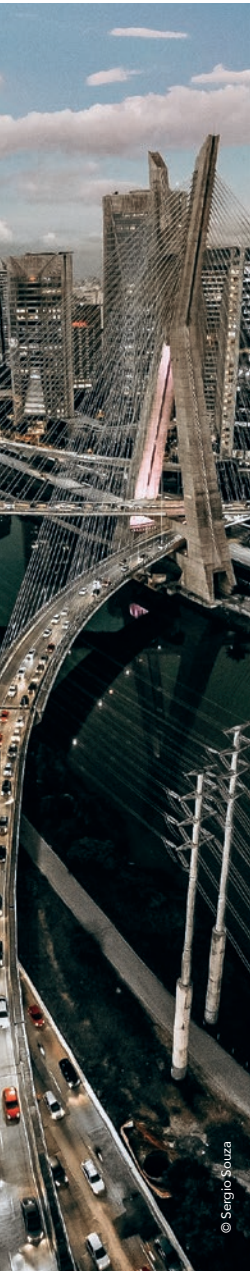
Verificar a disponibilidade do nome da empresa e a viabilidade do local (Prefeitura de São Paulo).

- A disponibilidade do nome da empresa pode ser verificada *online* em: [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).
- Uma Análise de Viabilidade do endereço da empresa proposta deverá então ser solicitada ao município, o que pode ser feito *online* através do Sistema de Registo e Licenciamento de Empresas em: <http://www.redesimples.df.gov.br/>
- Se o local for aprovado, um protocolo REDESIM será emitido *online* após alguns minutos.



\*在此仅以圣保罗州为例，倘有意在巴西其他地区成立公司，请通过巴西驻香港总领事馆与各州政府取得联系。

O Estado de São Paulo foi escolhido apenas a título de exemplo. Para abertura de empresas em outros estados, favor consultar o Consulado-Geral em Hong Kong para contatos com os governos estaduais.



© Sérgio Souza

2



申请办理联邦税务局注册登记

- 企业主应在线向联邦税务局提交一份申请表，即通过“线上税务”平台（网址：<https://www38.receita.fazenda.gov.br/redesim/>）提交法人登记表和股东及董事人员编制名单。
- 系统将生成一份申请信息表，如申请人使用的是数字认证，则系统将相应生成表格。上述两种文件均需提交给所在州的商务委员会（圣保罗州商务委员会），以便办理企业登记手续。

Inscrição para registo na Receita Federal

- O empresário deve apresentar um formulário *online* para a Receita Federal, através da Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica e Quadro de Sócios e Administradores, na Plataforma “Coleta Online” em: <https://www38.receita.fazenda.gov.br/redesim/>).
- Será gerado pelo sistema um Documento Básico de Entrada ou Protocolo de Transmissão, caso seja utilizado certificado digital, que deve ser apresentado à Junta Comercial do Estado (JUCESP) para registo de empresas.

3



在商业银行缴纳注册费用

- 可亲赴银行缴费，亦可通过电子转账的形式缴费。应取得缴费证明，并在圣保罗州商务委员会办理企业登记时出示该证明。

Pagar taxas de registo num banco comercial

- É possível pagar numa agência bancária ou por transferência electrónica, obtendo o comprovativo de pagamento para cadastrar a empresa na JUCESP.

## 4



## 在圣保罗州商务委员会办理登记

- 得益于“简单创业系统”（Empreenda Fácil），企业登记流程大大简化。在圣保罗州商务委员会办理登记需要取得企业登记号。企业登记须同时办理国家法人登记号、商品和服务流通税缴税手续以及前往国家社会保障局办理社保手续。
- 联邦税务局申请流程结束后将生成一份申请信息表，申请人须通过圣保罗州商务委员会提供的线上快速通道（<https://www.jucesp.sp.gov.br/VRE/>）上传该文件，以便提交企业设立申请。
- 同时，企业设立人应当亲赴商务委员会提交文件原件。经商务委员会分析、审批之后，即可在网上下载完整内容证明书的电子版。
- 本步骤完成后，企业便可进行后续步骤，即办理市政税务登记和取得市政营业执照。

## Inscrição na JUCESP

- O cadastro de empresas foi simplificado com o sistema Empreenda Fácil. O registro na JUCESP é necessário para obter um Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE. Os registros são realizados junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- Após o requerimento junto à Receita Federal é gerado um documento denominado “Documento Básico de Entrada-DBE”, que o requerente deve apresentar no pedido de constituição de empresa no Via Rápida, plataforma *online* disponibilizada pela JUCESP (<https://www.jucesp.sp.gov.br/VRE/>).
- Os fundadores das empresas devem, então, visitar a Junta Comercial (JUCESP) para apresentar o original. Após análise e aprovação da JUCESP, versão *online* da Certidão de Inteiro Teor) estará disponível para download.
- Assim que esta etapa for concluída, a empresa pode prosseguir para o registro fiscal municipal e obtenção de uma licença municipal.





5



在圣保罗市财政厅秘书处办理登记

- 申请人需要在市政府网站 (<https://ccm.prefeitura.sp.gov.br/>) 上填写电子表格办理纳税人登记。
- 申请获得联邦税务机关和商务委员会批准后, 企业主须登录市政府网站在线激活纳税人登记号。

Inscrição na Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo

- A inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM é feito por meio de formulário electrónico que é preenchido *online* no *site* da Prefeitura (<https://ccm.prefeitura.sp.gov.br/>).
- Depois de a Autoridade Tributária Federal e a Junta Comercial aprovarem o pedido, o empresário deverá desbloquear o CCM *online*, através do *site* da Prefeitura.

6



获取电子发票动态令牌

- 获取数字认证所需缴纳的费用因申请人选用的认证种类而异。可访问下列网址了解如何获取动态令牌。  
<http://www.redesimples.df.gov.br/>

Obter um *token* para o uso de facturas electrónicas

- Os custos envolvidos na obtenção da certificação digital podem variar de acordo com o certificado acreditado escolhido pelo requerente. Informações sobre como obter um *token* estão disponíveis em: <http://www.redesimples.df.gov.br/>

## 7

## 领取圣保罗市政府发出的营业执照

- 企业主须获得政府批准其从事商业、工业、机构业务以及提供服务和从事其他相关活动的营业执照。
- 从事部分特定行业且符合规模、地点等限制性规定的企业可通过商业登记综合系统在线申领简化版营业执照。此类企业可通过企业登记及执照发放系统 (<https://rle.empresasimples.gov.br/rle/>) 申请营业执照。其他企业则必须前往地方政府领取执照。

## Obter Auto de Licença de Funcionamento da Prefeitura de São Paulo

- Os fundadores de empresas devem obter um Auto de Licença de Funcionamento, que autoriza a operação comercial, industrial, institucional, serviços e actividades semelhantes.
- Para empresas em alguns sectores de actividade e sob certas restrições de tamanho e localização, uma licença de operação simplificada pode ser solicitada e obtida *online*, através do sistema integrado de registo comercial. Nestes casos, a licença é requerida por meio do Registro e Licenciamento de Empresas, em <http://www.redesimples.df.gov.br/>. Para os demais casos, a licença deve ser obtida junto à Prefeitura Regional).

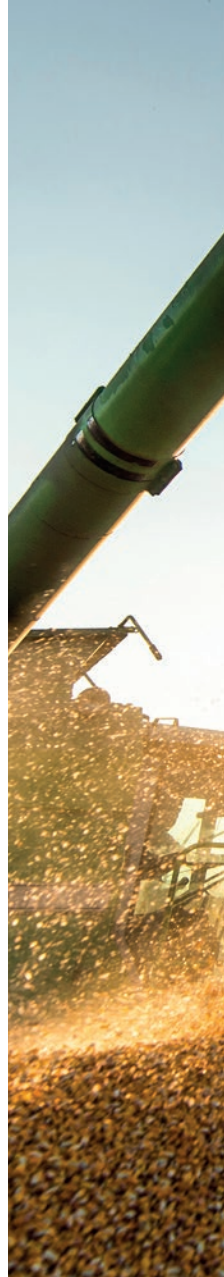
## 8

## 向市财政秘书处缴纳经营单位监管税

- 按年缴纳的经营单位监管税金额视企业经营活动类型及员工人数而定。企业办理纳税人登记后可在网上缴纳该税，缴税单据将通过邮寄或线上方式发送。

## Pagar a Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos (TFE) na Secretaria Municipal de Finanças

- O custo anual da taxa TFE é baseado nas actividades da empresa e no número de funcionários. Após o registo da empresa no CCM, a taxa do TFE pode ser paga *online*. A factura é enviada pelo correio ou online.





大豆丰收  
Colheita de soja



9



通过巴西联邦储蓄银行将员工纳入社会一体化计划

- 应当在员工登记册中对企业工作人员进行登记，员工信息应及时录入社会一体化计划。
- 如果员工已在之前的工作中办理了社会一体化计划登记，雇主仅需将新的劳动关系告知联邦储蓄银行，以便更新相关信息。劳动合同签署后，雇主须通过企业工龄保障基金缴纳及社会福利信息汇报系统（[www.caixa.gov.br/empresa/fgts-empresas/SEFIP-GRF/Paginas/default.aspx](http://www.caixa.gov.br/empresa/fgts-empresas/SEFIP-GRF/Paginas/default.aspx)）在线提交企业及员工信息。
- SEFIP系统的信息提交工作完成后，即可在联邦储蓄银行开立工龄保障基金账户用于发放失业保险金。

Inscrever os trabalhadores no Programa de Integração Social-PIS, através da Caixa Económica Federal (CEF)

- Os funcionários devem ser registados no livro de registo de empregados e as suas informações devem estar em dia com o Programa de Integração Social-PIS/PASEP.
- Caso o empregado já possua cadastro no PIS/PASEP de empregos anteriores, deve apenas informar a CEF sobre o novo vínculo, a fim de actualizar informações. Após a contratação, o empregador deve enviar *online* as informações da empresa e seus funcionários através do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social <https://www.caixa.gov.br/empresa/fgts-empresas/SEFIP-GRF/Paginas/default.aspx>.
- Após o envio do SEFIP, a conta do FGTS, da CEF, será aberta para pagamento dos benefícios do seguro de desemprego.

10



### 上报巴西劳动部办理员工就业及失业登记

- 须在劳动合同签订后次月第七日前完成上报工作，并通过以下网址向劳动部在线提交相关表格：<https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>。

Notificar o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho

- A notificação deve ser feita até o sétimo dia do mês seguinte à contratação e encaminhado formulário online para o Ministério do Trabalho, em <https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>.

11

### 在企业主工会和职工工会登记

- 一般情况下，企业在工会登记须提交下列文件：企业登记表、联邦团体纳税人登记号、公司章程、员工名单等。上述文件通常可通过各工会网页提交。

Registo no Sindicato Patronal e no Sindicato dos Trabalhadores

- Geralmente, para ser registada nos sindicatos, a empresa deve apresentar os seguintes documentos: formulário de registo de empresa, Registro Federal de Contribuintes Corporativos, estatutos da empresa, lista de funcionários, etc. Esses documentos geralmente podem ser apresentados aos sindicatos através de seus sites.

来源：世界银行 Fonte: Banco Mundial



## 外国投资审批

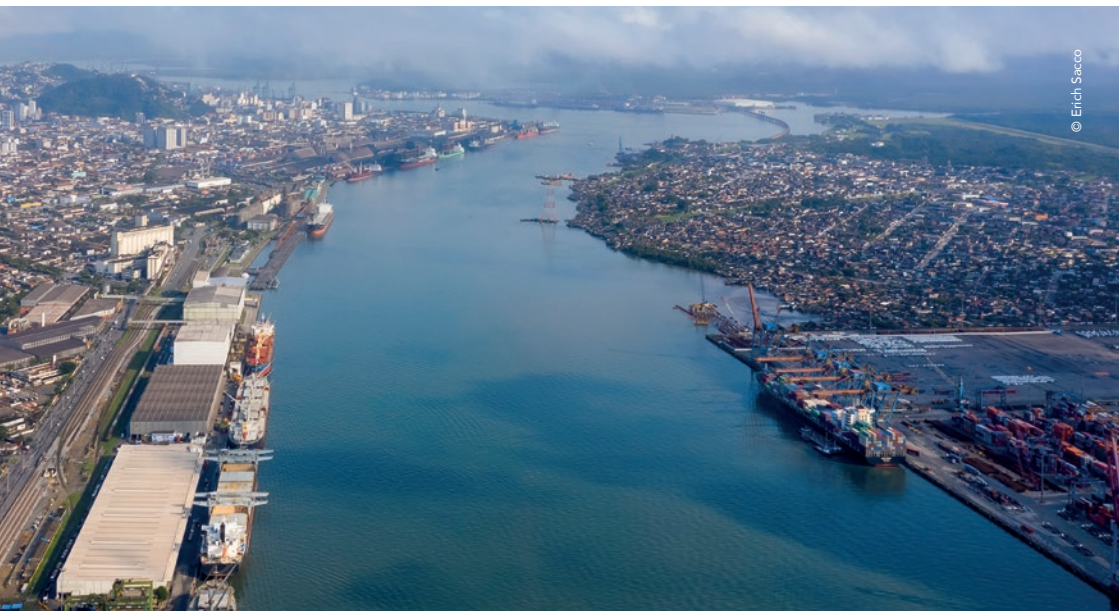
### Aprovação de Investimento Estrangeiro

巴西出口投资促进局是巴西的国家级投资促进机构。该机构重点关注能够实现技术创新、提供新型商业模式、完善工业供应链、直接影响国家就业岗位且能扩大巴西出口和出口产品多样性的企业和项目。

该机构可为投资者在决策过程中的各个阶段提供帮助，同时致力于寻找各个细分领域的潜在投资者并与他们建立联系，甚至帮助潜在投资者了解巴西。

A Apex-Brasil é a agência nacional de promoção de investimentos no Brasil. A agência concentra-se em empresas e projectos que ofereçam inovações tecnológicas e novos modelos de negócio, fortaleçam cadeias de fornecimento industrial, tenham impacto directo na criação de empregos a nível nacional e aumentem o volume e a diversidade de exportações brasileiras.

A agência está preparada para auxiliar em todas as etapas do processo de tomada de decisões do investidor, identificando e entrando em contacto com potenciais investidores para um segmento específico da indústria e até ajudar um futuro investidor a compreender o Brasil.



除了提供原材料成本、合适的经营地点以及人才库等方面的信息，巴西出口投资促进局还为投资者提供涵盖各类市场和行业、经济趋势等领域的分析以及法律和税务方面的一般性指导。巴西出口投资促进局透过其广阔的企业、协会和实体网络成功建立了潜在合作伙伴、主要供应商以及本土实体和监管机构之间的联系。

该机构还致力于帮助外国投资者与本国研究中心、高校和地方企业建立合作伙伴关系、设立合资企业或开展其他类型的协作。此外，巴西出口投资促进局还可为资本投资者提供帮助，为有意在巴西开展私募股权投资和风险投资的企业和项目寻找投资机会。

A Apex-Brasil prepara análises que abrangem mercados e sectores da indústria, tendências económicas e orientações gerais sobre questões jurídicas e fiscais, além de fornecer informações sobre custos de matérias-primas, locais adequados e disponibilidade de banco de talentos. Ao utilizar uma ampla rede de empresas, associações e entidades, a Apex-Brasil também faz a ligação entre potenciais parceiros, os principais fornecedores e as entidades locais e reguladoras.

A agência também apoia investidores estrangeiros que desejam identificar centros de pesquisa, universidades e empresas locais para firmar parcerias, empreendimentos conjuntos ou outros tipos de colaboração. Além disso, a Apex-Brasil pode auxiliar os investidores de capital no processo de identificação de oportunidades, projectos e empresas para investimentos de capital privado e capital de risco no país.





在股权投资领域，巴西出口投资促进局希望利用资本投资提高巴西企业的竞争力。除了使本国企业拥有更多资金用于拓展业务，风险投资或私募投资还可帮其改善企业管理。

巴西企业（无论是初创企业还是中型企业）为外国资本投资者提供了许多投资机会，而出口投资促进局的工作正是筛选出最值得关注的投资组合项目，并帮助这些企业提高投资吸引力。同时举办投资大会和对接论坛，促进投资者和巴西企业就具体业务进行紧密的交流。

2012年开始举办的“创业支持计划”取得了丰硕的成果，该计划与多家机构建立了合作关系，最近又与巴西初创企业协会（ABStartups）开展合作，制定了一系列措施帮助这些初创企业正确利用投资。

巴西本土的风险投资基金同样也极具竞争力，出口投资促进局还与巴西风险投资与私募股权投资协会（ABVCAP）合作，通过举办投资大会、论坛及其他专场活动为上述基金吸引资金。

Na área de investimentos em participação, a Apex-Brasil visa fortalecer as empresas brasileiras aumentando sua competitividade através de investimentos de capital. Além de aumentar os recursos financeiros para projectos de expansão, o capital de risco ou o capital privado, também podem contribuir para melhorias das práticas de gestão da empresa.

As empresas brasileiras (sejam *start-ups* ou de média dimensão) apresentam oportunidades para investidores estrangeiros capitalistas. A Apex-Brasil trabalha para identificar os projectos de portfólio mais interessantes, treinar as empresas para ajudá-las a estruturar sua oferta e promover rondas de investimentos e fóruns, a fim de aproximar investidores e empresas brasileiras para negócios concretos.

Um programa que tem sido muito bem sucedido desde 2012 é o Programa de Apoio a Startups, realizado em parceria com diversas instituições e, mais recentemente, com a Associação Brasileira de Startups (ABStartups), para desenvolver uma série de medidas que ajudará a aproveitar os investimentos para esses empreendimentos.

Os fundos de capital de risco brasileiros também são extremamente competitivos e a Apex-Brasil, em cooperação com a Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity (ABVCAP), contribui para promover a atracção de capital para esses fundos, por meio de rondas, fóruns e eventos específicos.

来源：巴西出口投资促进局 Fonte: APEX Brasil





© Vinicius Reis

## 中国与巴西关系 Relações entre a China e Brasil

巴西与中国于1974年建交。1993年，巴西成为首个同中国建立战略伙伴关系的国家。2012年，两国将双边关系提升为全面战略伙伴关系。

在中国-巴西高层协调与合作委员会的框架下，两国设立了10多个分委会，涉及政治、经贸、科技、航天航空、文化、农业、能源矿产、教育等领域。与此同时，两国还签署了一系列合作协议，内容涵盖航空航天发展、信息技术、生物技术、农牧林业、水产养殖、医药卫生、冶金等方面。

China e Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1974. O Brasil foi o primeiro país a estabelecer uma parceria estratégica com a China, em 1993 e, em 2012, a relação foi elevada a parceria estratégica global.

Ao nível da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), os dois países estabeleceram mais de 10 sub-comissões relativas a política, economia e comércio, ciência e tecnologia, aviação, cultura, agricultura, recursos energéticos e minerais, educação, entre outras. Foram ainda assinados acordos nas áreas de desenvolvimento aeroespacial, tecnologias de informação, biotecnologia, agropecuária e silvicultura, aquacultura, medicina e saúde, metalurgia, entre outros.



中国-巴西地球资源卫星 (CBERS) 计划是两国最具标志性的合作项目之一，至今已成功发射四颗卫星。

中巴两国还签署了《2015年至2021年共同行动计划》以及《2012年至2021年十年合作规划》。另一方面，为推动产能合作项目的发展，两国于2015年共同设立了一个专项基金，资金规模达200亿美元。

在过去十年中，中巴两国贸易往来一直保持着30%的同比增长率。自2009年以来，中国一直都是巴西最大的贸易伙伴，双边贸易额每年均超过1,000亿美元。在贸易平衡方面，巴西对华商品贸易呈顺差状态，巴方主要对华出口大豆、玉米、棉花等农产品及肉类、矿石与石油。一直以来，中国都是巴西产品最重要的出口市场。

2020年与2019年相比，对华销售额增长了7.3%，达至700.8亿美元。进口产量下降2.7%，总额为346.4亿美元。在此期间的贸易顺差为354.4亿美元，贸易额增长了3.8%，总额达1047.2亿美元，可见中国是当今巴西最重要的贸易伙伴。

Um dos mais emblemáticos projectos da cooperação entre os dois países é o do programa de Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), ao abrigo do qual já foram lançados quatro satélites.

Os dois países dispõem de um Plano de Acção Conjunta (2015-2021) e de um Plano Decenal de Cooperação (2012-2021). Para apoiar projectos de cooperação em capacidade produtiva, foi ainda criado um fundo específico, dotado de 20 mil milhões de dólares, em 2015.

As relações comerciais entre os dois países têm mantido uma taxa de crescimento de 30% nos últimos 10 anos e, desde 2009, a China é o maior parceiro comercial do Brasil, situando-se as trocas entre os dois países acima de 100 mil milhões de dólares por ano. O saldo comercial é favorável ao Brasil, que exporta para o mercado chinês grandes quantidades de soja, milho, algodão e outros produtos agrícolas, para além de carnes, minérios e petróleo. O mercado chinês tem vindo a afirmar-se como o mais importante para os produtores brasileiros.

No comparativo de 2020 em relação a 2019, as vendas para China cresceram 7,3% e atingiram 70,08 mil milhões de dólares. As importações caíram -2,7% e totalizaram 34,64 mil milhões de dólares. Consequentemente, neste período, a balança comercial apresentou superávit de 35,44 mil milhões de dólares e a corrente de comércio expandiu-se em 3,8%, somando 104,72 mil milhões de dólares, com o mais importante parceiro comercial do Brasil na actualidade.



对中国而言，巴西是其十大出口市场之一，也是葡语国家中最主要的出口市场。

2007年至2018年期间，中国是巴西重要的投资来源国之一。中方对巴投资主要涉及能源、矿产、农业、基础设施、工业等行业，投资总额超过700亿美元。

2021年4月，巴西外长卡洛斯·弗兰萨与中方外长王毅在两人首次通话时均表示双方应加强在5G、数字经济和疫苗领域的合作。

此外，据官方报道，外长王毅在通话中还强调，中巴经济互补优势明显，增长潜力很大，合作符合两国和两国人民的根本利益。

爱科公司在卡诺阿斯的农业机械工厂  
Fábrica de máquinas agrícolas da AGCO em Canoas

Para a China, o Brasil é um dos dez maiores mercados e o principal entre os países de língua portuguesa.

A China foi o principal investidor no Brasil entre 2007 e 2018, com um montante de mais de 70 mil milhões de dólares, dirigidos aos sectores da energia, mineração, agricultura, infra-estruturas e indústria.

Em Abril de 2021, os ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Alberto Franco França, e da China, Wang Yi, concordaram, no seu primeiro contacto, em fortalecer a colaboração em 5G, economia digital e vacinas.

Segundo nota oficial, o ministro chinês disse que as economias da China e do Brasil têm vantagens complementares evidentes e grande potencial de crescimento e que a cooperação é de interesse fundamental tanto para os países como para ambos os povos.





# 2021年 投资指南



## 1.1

## 法律制度

1962年出台的《**外国资本法**》<sup>1</sup>对巴西的投资制度作出了规定，该法律于1964年<sup>2</sup>进行修订，并于1965年<sup>3</sup>对其内容进行了相应的规范。

**外资**指在以下两种情况下由居住、定居或总部设在巴西以外的自然人或法人持有的资产或资源：

- 未经初始外汇支出即进入巴西用于生产或提供服务的商品、机械和设备；
- 进入巴西用于开展经济活动的金融资源或货币资源。

根据此概念，外资可代指公司投资、金融投资和技术投资。

基于外国投资监管制度，《外国资本法》规定所有外资必须在**巴西中央银行**登记，将此作为保证外汇交易和批准投资者撤资和投资利润汇出的条件。

在巴投资的利润汇出是衡量**巴西直接投资**的指标之一，其他指标还包括外企子公司和跨国公司在巴西投资参股的金额以及发放给上述两类企业的直接贷款量<sup>4</sup>。

<sup>1</sup> 又被称作《利润汇出法》。

<sup>2</sup> 一九六二年九月三日第4.131号法律（合并版官方法律条文可查阅共和国总统府门户网站）针对外资利用以及资金汇出至海外等事项作出规定，后由一九六四年八月二十九日第4.390号法律进行修订，主要涉及法律实质内容方面的更新，形式上未作大幅变更，至今仍为巴西外资管制方面的主要法规。信息来源：<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/capital-estrangeiro-legislacao>。

<sup>3</sup> 一九六五年二月十七日第55.762法令及其后续修订。

<sup>4</sup> 根据巴西央行公布的“外资报告”，巴西2020年外国投资总额为341.67亿美元（约合280亿欧元），同比下降50%。详情见：<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/26/investimento-estrangeiro-no-brasil-sobe-40-3-no-1-tri-maior-valor-desde-2018>；<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/02/24/investimento-estrangeiro-no-brasil-e-o-menor-em-janeiro-desde-2010>。

根据1964年《货币、银行、信贷政策和机构法》的规定（最新修订于1995年<sup>5</sup>），**巴西中央银行与国家货币委员会**是巴西国家金融体系的两大主管机构。此外，该国金融体系的构成单位还包括巴西银行、巴西国家开发银行以及其他公、私金融机构。

巴西有两种外资投资形式：

- **外国直接投资**是一种追求长期利益的投资，其资本流转受《外国资本法》监管，具体指投资者在其所在国家以外进行投资，即在外国居住、定居或总部设在外国的自然人或法人通过直接、间接参股的方式对在巴西注册成立的公司的管理进行有效干预；
- **证券组合投资**，即通过将本国货币或外币转入国内、转出国外等方式对金融资产进行投资，具体指通过投资基金在海外开展的投资。与外国直接投资不同，证券组合投资不直接参与当地生产环节。资本转移金额须符合巴西证券交易委员会相关限制和规定。可投资的金融产品包括证券、股票、衍生品<sup>6</sup>和债券（公司债券<sup>7</sup>）。

根据巴西中央银行给出的定义，**外国直接投资**指非巴西居民或总部设在海外的投资者（自然人或法人）购入巴西公司的股份<sup>8</sup>。

外国直接投资流入的资金用于创造和扩大企业产能或用于收购正处于私有化过程中的企业。与证券组合投资相比，外国直接投资资产的流动性较低。

跨国公司在巴西设立子公司即为外国直接投资的一种表现形式。

<sup>5</sup> 一九六四年十二月三十一日第4.595号法律（合并版）制定了关于货币、银行、信贷等事项的政策以及对相关金融机构的规定，同时决定成立国家货币委员会以及制定其他相关规定。

<sup>6</sup> 衍生品是基于标的资产价值“衍生”的交易<https://www.investidor.gov.br/glossario.html>。

<sup>7</sup> 公司债券是“企业发行的有价证券，是持有人对发行公司所享有之债权的凭证[https://www.investidor.gov.br/menu/Menu\\_Investidor/valores\\_mobiliarios/debenture.html](https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/debenture.html)。

<sup>8</sup> 所有在住所地和资金来源地之外经济体投入资本的投资者均可被视为外国投资者。在巴西关于外国资本的法律/规章中，“外国投资者”这一表述有狭义、广义两种含义。狭义的外国投资者仅指巴西境内外国直接投资的持有人；广义上的外国投资者还包括在受国家货币委员会和巴西中央银行规范监管的证券组合投资中投入资源的投资者。来源：巴西中央银行术语表<https://www.bcb.gov.br/htms/firce/conceitos.asp?frame=1>。

下面的1.2、1.4和1.5节将总结《外国资本法》在投资者保障、资金汇出、登记要求以及外汇制度等方面的主要规定。

## 1.2 投资者保障与资金汇出

除须在巴西中央银行登记之外，《外国资本法》还为外国投资者制定了第二大保障，即同等待遇保障<sup>9</sup>：在巴西投资的外国资本享有与本国资本同等的法律待遇，不得区别对待。

巴西的法律体制不对投资者做国别区分，即从宪法<sup>10</sup>层面保证巴西企业和外国企业在遵循社会、法律规范的前提下可以自由经营，自由竞争。

满足在巴西登记注册及运营要求的外国投资者（详见以下章节），被视为有能力以与巴西投资者相同的方式参与巴西经济市场的投资。

外国投资者可选择的投资资本处置方式有：收回投资资本、利润再投资或利润汇出至投资来源国。

**再投资**指将外国居民或定居海外的自然人、法人在巴西公司赚取的利润再次投资于该公司或其他国内经济部门。

**外国投资者或非居民投资者**指居住、定居在海外，或总部设在海外的自然人、法人、基金或其他投资实体。

除1.4节总结的登记相关规定外，未对利润的分配和后续的汇往国外作出任何限制。总部位于巴西的公司向其股东或合伙人分配股息和利润时不征税，即使股息或利润汇往国外亦不征税。

<sup>9</sup> 其基本理念是“向外国投资者提供保障和制定透明的外资投资规则是吸引外国投资者的基本条件”，引自《巴西外国资本监管的重要内容》，拉蒙·马查多·卡斯蒂略，圣保罗，2008年，第18页。

<sup>10</sup> 1988年《巴西联邦共和国宪法》。

### 资金转移到国外：

巴西采用国际投资法律规范模式，即**合作和投资便利化协议**，以提高巴西企业的国际化水平和吸引外国直接投资。

合作和投资便利化协议保证了**投资资金转移到国外的自由**，但同时亦对因不利情况（破产或因倘有刑事犯罪而产生的债务）发生而导致的投资延迟或转移作出了明确规定，以及在此等情况下各缔约国政府的合作关系<sup>11</sup>。

**合作和投资便利化协议**是旨在为促进缔约国投资者开展投资活动创造有利条件的双边或多边国际协议。

### 公开招标：

巴西宪法<sup>12</sup>对公共行政当局与供应商签订合同以及相应的招标事项作出了规定，并由2021年4月<sup>13</sup>出台的新《行政招标与合同法》设立相关规范框架，其中规定过渡制度，即在两年之内，1993年出台的招标一般规定和1995年出台的招标程序<sup>14</sup>将继续生效。法定招标方式包括公开招标、询价招标、邀请招标、公开招聘、拍卖、最低价中标，以及新推出的招标方式——竞争性对话。

<sup>11</sup> 《巴西外国投资者的法律保障》，第14页。更多关于合作和投资便利化协议（ACFI）的信息可查阅《巴西外国直接投资的监管：从对双边投资协定的抵制到新监管模式的出现》。

<sup>12</sup> 根据巴西《宪法》第37条，“招标是正式的行政程序，政府力求通过该程序取得最有效的结果，并根据价格最优、服务提供和执行的形式或供应商的专业性等指标选择最佳提案”，《巴西外国投资者的法律保障》，第30页。

<sup>13</sup> 二零二一年四月一日第14.133号法律。

<sup>14</sup> 关于《第8.666/1993号法律》和《第8.987/1995号法律》的主要信息可查阅《巴西外国投资者的法律保障》，第30-31页。2021年四月出台的新《行政招标与合同法》的相关信息可访问经济部网站：<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/presidente-bolsonaro-sanciona-nova-lei-de-licitacoes> 和媒体网站：<https://www.camara.leg.br/noticias/742288-nova-lei-de-licitacoes-e-sancionada-por-bolsonaro-com-26-vetos>。

## 1.3

## 成立公司的法定形式

## 1.3.1 成立公司的形式与所需文件

巴西的外国商业公司受2002年出台、2018年<sup>15</sup>修订的《民法典》及相关商业法律的监管，如1976年出台、2019年<sup>16</sup>修订的《公司法》，1940年出台、1976年<sup>17</sup>修订的《股份有限公司管理规章》，以及相关主管国务秘书处<sup>18</sup>颁布的行政条例。

**外国法人**指根据其行政住所所在地法律组织成立的公司。

外国商业公司作出的将总部迁入巴西的许可申请及在巴西设立子公司、代理机构、分公司或营业场所的申请受行政条例的约束。

获批准后，外国商业公司必须前往其设立的子公司、代理机构、分公司或营业场所所在地的联邦商业委员会办理公司文件的登记<sup>19</sup>。

**商业委员会**是隶属巴西经济部**国家商业登记暨整合局**<sup>20</sup>的州立机关，负责办理商业企业和公司业务的登记及备案。目前巴西各州均设有商业委员会。

**企业家**指专门从事商品或服务的生产、流通等经济活动的自然人或法人，不包括从事知识、科学、文学、艺术性质活动的自然人或法人，除非此等活动为其企业要素。

<sup>15</sup> 二零零二年一月十日第10.406号法律（合并版）制定了《民法典》，后经二零一八年十二月二十日第13.777号法律修订。

<sup>16</sup> 一九七六年十二月十五日第6.404号法律（合并版）针对公司作出了规定，后经二零一九年四月二十四日第13.818号法律修订。

<sup>17</sup> 一九四零年第2.627号法令 对公司作出了规定，其中部分条文被一九七六年第6.404号法律废止。

<sup>18</sup> 《巴西外国投资者的法律保障》，第26-27页。

<sup>19</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei/juntas-comerciais>

<sup>20</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei>



根据2020年出台的《**一般规范与指导意见**》<sup>21</sup>，开展商业活动必须事先赴商业委员会办理企业公开登记<sup>22</sup>。

设立企业须提交书面合同，公文书或私文书均可，但其中必须载明缔约方拟成立的企业为法人企业还是非法人企业。

非法人企业指不具有独立法人资格的企业，如企业联合体。

法人企业有以下几种形式：普通合伙、无限公司、一般两合公司、股份两合公司，以及最常见的有限公司和股份有限公司<sup>23</sup>。

### 1.3.2 注册资本

**股份有限公司：**最少2名股东，须至少在巴西银行存入拟发股金额10%的资金作为注册资本。

**有限公司：**按认缴比例出资，不设最低注册资本。

---

<sup>21</sup> 二零二零年六月十日第 81号规范性指令制定了关于企业登记的一般规范与指示，同时对一九九六年一月三十日第1.800号法令制定实施细则。

<sup>22</sup> 根据经济部提供的官方信息，二零二零年六月十日第 81号规范性指令简化了企业公开登记，是目前规范企业登记事务的唯一规章，此规范性指令还对商业登记暨整合国家局（DREI）出台的指示作出了修改。

<sup>23</sup> 可参阅以下经济部通过商业登记暨整合国家局、外贸及国际事务特别秘书处和生产力、就业和竞争力特别秘书处提供的手册：有限公司登记手册 和 股份有限公司登记手册；个人企业主登记手册 和个人有限责任公司（EIRELI）登记手册。

## 1.4

## 办理登记与发放执照的要求

外国投资者（无论自然人或法人）在巴西投资必须办理联邦税务局<sup>24</sup>纳税人登记，即与自然人和法人相对应<sup>25</sup>的**个人税务登记号**或**法人国家登记号**<sup>26</sup>。

包括商业公司在内的法人必须遵守相应的规章制度<sup>27</sup>，自2018年起<sup>28</sup>，所有住所位于巴西境内的实体以及依法必须缴纳法人所得税<sup>29</sup>的法人，在开业前，必须为其在巴西及巴西以外设立的所有经营单位办理法人国家登记号。

此外，根据巴西中央银行于2014年通过的决议<sup>30</sup>，非居民投资者需在开业前完成下列事项：

- 在巴西成立代表机构；
- 在巴西中央银行登记；
- 在巴西证券交易委员会办理登记。

根据《外国资本法》，所有于巴西开展的外国投资必须在巴西中央银行登记，此为其将利润汇往国外、收回投资资金或办理利润再投资登记的必要程序。

**等同于法人指隐名合伙公司和独资公司**，其中包括个人企业主，以投机性盈利为目的，以个人名义并以惯常及专职的方式，通过向第三人售卖商品或服务从事民事或商业性质经济活动的自然人，以及个人从事房地产开发和土地开发的自然人。

在巴西中央银行办理登记，满足以下三个条件者，被视为**外资**：

1. 由外国进入巴西的资金，即必须实际或象征性地跨越“经济”边境；
2. 资金属于所在地位于巴西境外的自然人或法人（住所原则）；
3. 资金用于经济活动。

<sup>24</sup> <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/cadastros>

<sup>25</sup> 联邦税务局个人税务登记号（CPF）以及法人国家登记号（CNPJ）。

<sup>26</sup> 由各州税务机关负责的电子税务票据系统（NF-e）中的纳税人中央登记（CCC）即包括个体纳税人登记和企业纳税人登记。除纳税人中央登记之外，每个州也有其各自的州政府纳税登记。查阅各州纳税登记可访问州际商品和服务交易综合信息系统。

<sup>27</sup> 目前适用于企业纳税人登记的法律。

<sup>28</sup> 联邦税务局二零一八年十二月二十七日第1863号规范性指令，对企业纳税人登记作出了规定。

<sup>29</sup> 联邦税务局二零一七年三月十四日第1.700号规范性指令。

<sup>30</sup> 二零一四年九月二十九日第4.373号决议，对非居民投资者在巴西金融、资本市场的投资等事项作出规定。

在巴西中央银行对外资进行登记是保证投资者享受同等待遇的补充机制，登记事项主要包括：

- 以外国直接投资或贷款形式进入巴西的资源（货币或商品）；
- 向境外汇出的资金、利润、股息、利息、摊销费、特许权使用费或其他任何向境外汇出的收入；
- 利润的再投资；
- 企业资本货币价值的变化。

三大主要投资方式的登记形式：

### 在巴西的主要投资方式

<b>外资登记</b>	通过投资来源国的货币	
<b>收入再投资登记</b>	以外国货币作出	即收入汇出目的国货币，按再投资获证实期间的汇率计算。
	以巴西本国货币作出	前提为原投资时使用了本国货币
<b>向境外转移资产</b>	可以任何货币转移，无需考虑在巴西中央银行作出登记的币种。	

自然人和法人如打算以利润，股息，利息，摊销费，特许权使用费，科技、行政援助或其他类似形式向国外转移资产，则有义务向巴西中央银行提交证明上述汇出所需的合同和文件。

如已提交的登记申请未获批准又未被拒绝，则此规定执行的严格程度将有所降低，上述资产转移申请可在1年的期限内获批准，且经由经济部长<sup>31</sup>提议和共和国总统授权后，此期限还可连续延期3次。

<sup>31</sup> 1962年出台、1964年修订的《外国资本法》中规定由财政部长负责的职能现转由经济部长负责。

外资登记须通过**中央银行信息系统**<sup>32</sup>内的**外国直接投资电子申报登记页面**<sup>33</sup>为之。未在RDE-IED电子申报系统内进行登记，会导致货币的汇出受限，因为无论是利润汇出、资金回收、还是再投资登记，均以外资登记备案金额为准。

鉴于此项登记需依申报进行，巴西中央银行不对拟实施和登记的外国投资做事先分析。这意味着接收外国投资的企业和/或外国投资者（非居民）在巴西设置的代表机构有义务按照规范**巴西外国直接投资登记事宜**的2010年央行传阅文件<sup>34</sup>相关条文办理登记。

综上所述，必须在RDE-IED电子申报系统内登记的事项包括：

- 考虑到在构成接收投资的企业资本中所占的股份总数，登记利润汇出目的地；
- 非居民投资者根据现行法律在接受投资的企业股本中已缴或已购的份额，以及获准在巴西运作的外国企业的独立资本，均必须登记为外国直接投资；
- 所有变更外国投资者持股情况的股东协议或合同。

必须进行电子申报登记的外国直接投资包括：

- 由非居民投资者（即居住地、住所、总部设在境外的自然人、法人）在巴西公司股本中长期持有的股份或份额；
- 获准在巴西运作的外国企业子公司、分公司所拥有的独立资本。

**非居民投资者**指居住地、住所地或总部位于巴西以外，且持有或有意持有巴西国内企业公司资本份额的自然人、法人或集体投资实体。

### 接收投资的企业

指根据巴西法律成立、住所和行政管理机关均设在巴西境内的企业法人，其注册资本认缴出资份额由非居民投资者持有；同时也指外国企业法人获准在巴西境内运作的子公司。

<sup>32</sup> 中央银行信息系统（SISBACEN）

<sup>33</sup> 外国直接投资电子申报登记页面（RDE-IED）。

<sup>34</sup> 第3.491/2010号央行传阅文件。

### 发放执照：

根据经济部<sup>35</sup>公布的官方信息，为落实联邦政府简化官僚程序的相关规定，从事低风险活动无需申请准照和执照。可豁免办理相关证照的经济实体包括酒吧、面包店、轮胎店、纺织厂和鞋厂，上述实体亦无需遵守办理环境准照的有关规定。

**低风险活动**指根据2019年《经济自由法》<sup>36</sup>无需办理任何公共授权文件即可持续、充分地开展机构经营的经济活动，这批低风险活动的名单于2019年<sup>37</sup>核准通过。

必须办理**联邦环境准照**的项目和经济活动由2011年出台、2015年<sup>38</sup>制定相应实施细则的法律作出规定，即**潜在污染型活动和/或使用环境资源的活动**<sup>39</sup>，这些活动均必须办理联邦技术登记<sup>40</sup>。

<sup>35</sup> <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/01/cai-exigencia-de-licencas-e-alvaras-para-atividades-de-baixo-risco-no-pais>

<sup>36</sup> 二零一九年九月二十日第13.874号法律第3条对经济自由的权利声明作出规定。

<sup>37</sup> 低风险活动名单载于二零一九年六月十一日第51号决议附件一，此文件针对二零一九年四月三十日第881号临时措施中提及的低风险给出了明确的定义。

<sup>38</sup> 二零一一年十二月八日第140号补充性法律，此法律根据《联邦宪法》第23条独一项以及第三、六、七款条文制定了相关规定，旨在规定联邦、各州、各联邦区以及各市在行使与保护自然景观、保护环境、防治污染、保护森林和保护动植物群相关的共同职能时须合作开展相应行政行为；此后，二零一五年四月二十二日第8.437号法令又对二零一一年十二月八日第140号补充性法律第七条第十四款h项和独一项条文制定了补充规定，确定了须由联邦负责发放环境准照的项目和活动的类型。

<sup>39</sup> <http://www.ibama.gov.br/laf/sobre-o-licenciamento-ambiental-federal> .

<sup>40</sup> 潜在污染型活动和/或使用环境资源的活动（CTF/APP）的联邦技术登记。

上述经济活动应当通过**巴西环境和可再生自然资源管理局**下设的**联邦环境准照管理系统**<sup>41</sup>取得环境准照，需要办理的各类许可如下：

### 巴西环境准照

<b>预先准照 (LP)</b> <sup>42</sup>	环境主管部门于初步规划阶段向依法必须办理环境准照的项目或活动授予的准照，预先准照须对项目的选址和设计进行审批，证明该项目具有环境可行性，同时为项目后续阶段的开展制定基本要求和必须遵守的条件。
<b>实施准照 (LI)</b> <sup>43</sup>	环境主管部门下发许可，批准项目或活动实施，为项目或活动制定必须遵守的条件，以及批准其执行为预防、减轻、恢复和补偿环境影响而制定的计划、方案和项目。
<b>经营准照 (LO)</b> <sup>44</sup>	由环境主管部门下发，批准项目或活动经营，並为其制定必须遵守的条件，以及批准其执行为预防、减轻、恢复和补偿环境影响而制定的计划、方案和项目。
<b>地震调查准照 (LPS)</b> <sup>45</sup>	由环境主管部门下发，批准在海上或陆海过渡带开展地震数据勘测活动，制定项目发起人在开展活动时遵守的条件、限制与环境控制措施。

除联邦层面的环境准照之外，2011年<sup>46</sup>法律还规定了州级和市级的附加职权。

<sup>41</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/atendimento-de-demandas-gerais-do-licenciamento-ambiental-federal>

<sup>42</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-licenca-previa-lp-ibama>

<sup>43</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-licenca-de-instalacao>

<sup>44</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-licenca-de-operacao>

<sup>45</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-licenca-de-operacao>

<sup>46</sup> 二零一一年十二月八日第140号补充性法律规定了联邦、各州、各联邦区以及各市在行使与保护自然景观、保护环境、防治污染、保护森林和保护动植物群相关的共同职能时须合作开展相应行政行为。

## 外汇交易的规定与程序

### 1.5

《外国资本法》规定，在国际收支严重失衡的情况下，对撤资和外资收入汇出境外进行汇兑限制。此外，本法禁止以优于进口支付的汇率作出外资所得收入的支付。

2006年出台的《巴西外汇制度》<sup>47</sup>由2008年决议制定了相应的实施细则<sup>48</sup>，此制度对外汇交易和外资登记作出了具体规定。在此法律框架下，《**外汇市场与国际资本规章**》制定了与巴西外汇市场<sup>49</sup>相关的规范性规定和程序以及与巴西外资<sup>50</sup>相关的规定。外资应在进行外汇交易后办理登记，详情见下表：

#### 外汇市场交易

与巴西央行授权在巴西外汇市场经营的机构进行的外币买卖交易或黄金外汇交易，以及居住地、住所或总部位于巴西的居民或实体与居住地、住所或总部位于巴西境外的居民或实体之间的本国货币交易。

使用国际支付卡进行的收支及巴西国内外汇款交易，以及与国际邮汇相关的交易，包括邮政票汇和国际邮政退款。

外国自然人或法人取得已注册成立的巴西公司的股份或认缴出资时，此等投资必须通过获得外汇交易许可的银行机构进行，此类投资交易无需经巴西中央银行许可。

<sup>47</sup> 二零零六年十一月二十八日第11.371号法律。

<sup>48</sup> 二零零八年五月二十九日第 3.568号决议针对外汇市场等事项作出了规定。

<sup>49</sup> 第一编由二零一三年三月十八日第3.650号传阅文件核准通过。

<sup>50</sup> 第三编由二零一零年三月二十四日第3.491号传阅文件核准通过。



**非居民申报登记**是有意在巴西从事资本活动的非居民必须办理的登记。

根据巴西证券交易委员会2010年决议<sup>51</sup>，必须在投资交易发生之日起30天内通过**中央银行信息系统**提供以下信息：交易双方信息，交易涉及的自然人，自然人是否为巴西居民，双方分别进行的交易以及办理**非居民申报登记**<sup>52</sup>的负责人。

非居民（或外国）投资者进入巴西**金融市场和资本市场**的法律依据是国家货币委员会于2014年和2000年颁布的两个决议<sup>53-54</sup>，此等决议规定了包括外汇规则在内的规范性框架，制定了巴西非居民（或外国）投资者在金融、资本市场内开展投资以及巴西本国货币或外币的相应汇入、汇出所必须遵守的规定。

巴西外汇政策以及汇兑和国际资本等事项的官方信息由巴西中央银行<sup>55</sup>提供。

## 1.6

## 自贸区与税收优惠制度

2006年《**免税店支付法**》<sup>56</sup>规定，根据财政部长制定的条款和条件可授权免税商店在港口或机场的主要区域开展经营活动，可向出入境的旅客售卖巴西本国或外国商品，并接受以巴西本国货币或外币支付。

<sup>51</sup> 证券交易委员会第3.844/2010号决议针对巴西外资与其在央行的登记以及其他事项作出了规定。

<sup>52</sup> 现行的非居民申报登记代替了之前的自然人与法人登记（Cademp）。

<sup>53</sup> 信息来源：投资者门户网站[https://www.investidor.gov.br/menu/Investidor\\_Estrangeiro/como\\_investir/Introducao\\_ComoInvestir.html](https://www.investidor.gov.br/menu/Investidor_Estrangeiro/como_investir/Introducao_ComoInvestir.html)以及巴西央行网站上公布的法律更新信息：二零一四年九月二十九日第4.373号决议和二零二零年一月二十六日第2.687号决议。

<sup>54</sup> 更多关于国家货币委员会的信息可访问经济部网站：<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/cmn>。

<sup>55</sup> <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/politicacambial>；<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cambioecapitalis>。

<sup>56</sup> 二零零六年十一月二十八日第11.371号法律规定了位于港口或机场主要区域免税商店的支付事宜。

1967年，巴西建立了**玛瑙斯自由贸易区**<sup>57</sup>，并由经济部下设的玛瑙斯自由贸易区监管局管理。有意在玛瑙斯自由贸易区开展经营活动的自然人或法人必须通过**玛瑙斯自由贸易区监管局登记系统**<sup>58</sup>办理登记或取得资格认可。此系统是2017年<sup>59</sup>建立的信息化系统，囊括了法人和自然人资质的一系列信息，这些信息用于对项目进行审核和跟进，同时用于管控由玛瑙斯自由贸易区监管局管理的税收奖励<sup>60</sup>。

此外，巴西于2010年通过《**联邦税务局规范性指引**》<sup>61</sup>（最新修订于2019年）制定了享受**优惠税率**和特惠税收制度的国家及属地名单，即可免征所得税或以低于20%的税率征收所得税，又或其内部法律不允许查阅法人股权结构或法人所有权等信息的司法管辖区（此概念可参看1.11节）。

## 外资设立企业

## 1.7

有意将总部迁入巴西或在巴西设立子公司、代理机构、分公司或营业场所的外国商业公司必须根据《**民法典**》<sup>62</sup>和2020年《**商业登记暨整合国家局规章**》<sup>63</sup>的有关要求，在**商业登记暨整合国家局**取得总部迁入、机构设立和变更的相应许可。

**商业登记暨整合国家局（DREI）**隶属经济部，外国商业公司须向该局提交将总部迁入巴西或设立子公司、代理机构、分公司或营业场所的授权申请或变更申请。

<sup>57</sup> 一九六七年二月二十八日第288号法令修订了一九五七年六月六日第3.173号法律的相关规定，并对玛瑙斯自由贸易区进行监管。

<sup>58</sup> <https://www4.suframa.gov.br/cadsuf/#/menu-externo>

<sup>59</sup> 二零一七年五月十一日第38号决议。

<sup>60</sup> 玛瑙斯自由贸易区监管局提供了一份《玛瑙斯自由贸易区监管局登记系统（CADSUF）用户手册》。

<sup>61</sup> 联邦税务局二零一零年六月四日第1.037号规范性指引列明了享受优惠税率或特惠税收制度的国家及属地。

<sup>62</sup> 根据二零零二年一月十日第10.406号法律第1134条至第1141条制定《民法典》。

<sup>63</sup> 商业登记暨整合国家局二零二零年三月十八日第77号规范性指令。

由商业登记暨整合国家局负责的外国公司许可程序如下：



经济部提供了目前各州商业委员会<sup>64</sup>的联系方式。

### 外国公司总部迁入巴西：

外国公司获得其子公司、分公司、代理机构或营业场所的设立和运作许可后，可决定将其公司总部迁至巴西，但须事先取得商业登记暨整合国家局下发的外国公司总部迁入许可。

<sup>64</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei/juntas-comerciais>

了解办理上述手续所需文件的详细信息，可访问经济部相关网页<sup>65</sup>。

亦可查阅以下事项的相关信息：外国人在巴西设立企业<sup>66</sup>；利用外资在巴西设立企业<sup>67</sup>；在巴西设立企业<sup>68</sup>。

## 主管部门

## 1.8

巴西投资事务的主管部门（亦被称为自治机关<sup>69</sup>）如下：

**商业登记暨整合国家局**<sup>70</sup>是经济部<sup>71</sup>下设机关，负责受理和审查外国公司提交的总部迁入巴西申请或设立子公司、代理机构、分公司或营业场所申请<sup>72</sup>。各州的商业委员会负责对外国商业公司设立子公司、代理机构、分公司或营业场所的登记备案。

**国家货币委员会**是国家金融体系的最高管理机关，负责制定货币和信贷政策，维护货币稳定，促进巴西经济社会发展<sup>73</sup>。

**巴西中央银行**<sup>74</sup>是国家金融体系中的联邦机构，负责监督、确保市场的正常运作和相关法规的遵守情况。

<sup>65</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei/empresas-estrangeiras/ManualdeEmpresaEstrangeira270ut20.pdf>

<sup>66</sup> <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/abertura-de-empresa-por-estrangeiro-no-brasil/>

<sup>67</sup> <https://www.artdatacontabil.com.br/blog-leitura/saiba-mais-sobre-abertura-de-empresas-estrangeiras-ou-com-investimento-estrangeiro>

<sup>68</sup> [http://barcelona.itamaraty.gov.br/pt-br/constituicao\\_de\\_empresas\\_no\\_brasil.xml](http://barcelona.itamaraty.gov.br/pt-br/constituicao_de_empresas_no_brasil.xml)

<sup>69</sup> 自治机构是为社会提供服务（如社会和科学服务）的公共行政机构，此类机构受一九六七年二月二十五日第200号法令规范，该法令规定了联邦行政机构的组织形式，制定了行政改革的指导方针，同时还作出了其他规定。

<sup>70</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei>

<sup>71</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos>

<sup>72</sup> 根据一九九四年十一月十八日第8.934号法律第4条第十款相关规定。

<sup>73</sup> 关于国家货币委员会运作情况的相关信息可查阅巴西中央银行网页：<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/cmn>。

<sup>74</sup> <https://www.bcb.gov.br/>

巴西中央银行和受经济部监管的**证券交易委员会**<sup>75</sup>一起负责金融、资本市场中外资以及外国投资者的登记工作。

**外贸委员会**是经济部下设机关，负责与商品服务外贸、外国直接投资、巴西海外投资以及出口融资相关的政策和活动。

**联邦税务局**<sup>76</sup>，又称**巴西联邦税务特别秘书处**，是经济部下设机关，负责联邦税务与海关的监管工作。

**巴西环境和可再生自然资源管理局**是受环境部监管的联邦机构，负责授予环境准照以及政府官方网站上列出的其他类别的环境许可和授权<sup>77</sup>。

**玛瑙斯自由贸易区监管局**<sup>78</sup>是经济部下设机关，负责管理玛瑙斯自由贸易区，同时负责建立自然资源可持续利用的区域发展模式，保证地区经济可行性，提高当地人民生活质量。

## 1.9

## 解决争议

巴西《宪法》保障所有本国公民和外国公民诉诸司法机关的权利，即以司法途径或非司法途径预防和解决争端的权利。

在联邦层面，由**联邦总检查长**<sup>79</sup>通过其下设的**联邦行政调解仲裁庭**<sup>80</sup>解决联邦公共行政范畴内产生的争端，无论是事先预防争端的产生，还是该争端已进入司法程序，联邦大律师局均有权在涉及联邦利益的案件中放弃、和解、同意和达成仲裁协议。

<sup>75</sup> <https://www.gov.br/cvm/pt-br>

<sup>76</sup> <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>

<sup>77</sup> <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-brasileiro-do-meio-ambiente-e-dos-recursos-naturais-renovaveis>

<sup>78</sup> <https://www.gov.br/suframa/pt-br>

<sup>79</sup> <https://www.gov.br/agu/pt-br>

<sup>80</sup> 联邦行政调解仲裁庭简介

此外，2015年法律<sup>81</sup>还规定公共行政部门“可直接或间接地使用仲裁途径解决与财产权有关的争议”<sup>82</sup>，可在各自公共律师机构范畴内设立预防和解决行政争议的调解庭，用于解决公共行政机构和实体之间的冲突并签署行为调整协议，包括采取措施预防和解决行政部门与个人签订的合同中因经济财务地位失衡而导致的争端。

巴西的**合作和投资便利化协议**提供了一种解决国家间争议的机制，此模式提高了仲裁庭解决争端的可靠性，旨在通过仲裁程序使争议双方恢复遵守合作和投资便利化协议规则。

如果预防机制未能有效解决争端，且当事人之间没有达成共识，那么可以组成仲裁庭进行仲裁。

## 计划、战略、规划与基金 1.10

1964年《货币、银行、信贷政策和机构法》<sup>83</sup>制定了巴西经济、金融政策的优先发展事项。

2020年八月，巴西公布了《**2020年-2022年国家投资计划**》<sup>84</sup>，该计划制定了2020年到2022年的经济复苏行动（按以下三大支柱开展）以及经济复苏背景下的营商环境优化战略：



<sup>81</sup> 第13.140/2015号法律

<sup>82</sup> 《巴西外国投资者的法律保障》，第34-43页。

<sup>83</sup> 一九六四年十二月三十一日第4.595号法律制定了关于货币、银行、信贷等事项的政策以及对相关金融机构的规定，同时决定成立国家货币委员会以及制定其他相关规定。

<sup>84</sup> 国家投资委员会二零二零年八月一日第1号决议通过了《国家投资计划》。

此外还包括如下计划：

- **投资伙伴计划**<sup>85</sup>，由共和国总统<sup>86</sup>于2016年制定，旨在通过伙伴关系协议和其他去国有化措施，扩大和加强国家与私营企业之间的互动；
- **巴西森林投资计划**<sup>87</sup>，旨在促进塞拉多生态区土地的可持续利用和优化森林管理，塞拉多生态区是巴西和南美第二大生物群落，此计划有助于减轻森林压力，减少温室气体排放，增加二氧化碳的收集；
- **可持续农业投资计划**，由巴西农业、畜牧业和食品供应部<sup>88</sup>提出，旨在提高巴西农业综合产业绿色投资项目的知名度。

## 1.11

### 主要税率

由于《联邦宪法》<sup>89</sup>分别赋予联邦政府、州政府和市政府征税权限<sup>90</sup>，故而巴西的税收体系十分复杂<sup>91</sup>。巴西的赋税被细分为税、税费、改善型税捐、强制性贷款以及特别税捐<sup>92</sup>。

<sup>85</sup> <https://www.ppi.gov.br/index.php>

<sup>86</sup> 2016年第13.334号法律。

<sup>87</sup> <http://fip.mma.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/00-Plano-de-Investimentos-do-Brasil-para-o-FIP.pdf>

<sup>88</sup> <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-e-cbi-lancam-plano-de-investimento-para-agricultura-sustentavel>

<sup>89</sup> 《巴西联邦宪法》第145条至162条。

<sup>90</sup> 一九九六年十月十五日第5.172号法律制定了国家税收体系，同时规定了联邦政府、州政府和市政府的征税权。一九九九年十二月二十六日第82号法令针对联邦区税收体系和其他事项作出了规定。

<sup>91</sup> 巴西税收体系的运作可总结为如下几个方面：主要税种为个人所得税（IRPF）和企业所得税（IRPJ）。州和市一级的税率（即用于计算应纳税额的尺度）在联邦政府设定的税率基础上设定。巴西的主要征税方是联邦政府，其次是州共享基金（FPE）以及市共享基金（FPM）。此制度的存在允许联邦政府将部分征得的税款返还给各州；根据《联邦宪法》第159条a）款相关规定，所得税、任何性质的盈利税以及工业产品税的21.5%须返还给各州和联邦区，上述税收的22.5%须返还给各市。

<sup>92</sup> 《巴西外国投资者的法律保障》，第28-29页。

巴西对外国投资的征税取决于非居民投资者或外国直接投资在巴西中央银行登记时申报的投资方式。作为外国直接投资进入巴西的外国资本无需缴纳任何税费，但涉及信贷、外汇、保险、证券等交易须缴纳0.38%的金融操作税<sup>93</sup>。

**税率**指用于计算应纳税额的尺度。参阅1.6节特惠税收制度中的税率减免优惠。

下表总结了联邦一级的税收：

联邦税	税率
<b>个人所得税 (IRPF)</b> <sup>94</sup>	税率： <b>不定</b> （视纳税人收入而定） 月度所得税率表（每年四月起算）： <ul style="list-style-type: none"> <li>月收入在1,903.98雷亚尔以下<b>免交所得税</b></li> <li>月收入大于4,664.68雷亚尔按<b>27.5%</b>征税，扣减税额为869.36雷亚尔</li> <li>65岁以上人士的社会保险金收入的起征点为1,903.98雷亚尔（月度免征额）</li> </ul>
<b>企业所得税 (IRPJ)</b> <sup>95</sup>	税率： <ul style="list-style-type: none"> <li>应计利润的<b>15%</b>；月所得超过2万雷亚尔以上部份，另增课10%。</li> </ul>
<b>法人盈利捐 (税) (CSLL)</b> <sup>96</sup>	税率： <ul style="list-style-type: none"> <li>一般法人税率为<b>9%</b>，</li> <li>金融机构、私营保险公司和资本化公司的税率为<b>15%</b>。</li> </ul>

<sup>93</sup> 根据二零零七年第6.306号法令第7条第十五款以及联邦税务局二零二零年七月二十八日第1969号规范性指引第9条第二款。

<sup>94</sup> 联邦税务局-个人所得税；联邦税务局二零一四年十月二十九日第1.500号规范性指引附件二。

<sup>95</sup> 联邦税务局-企业所得税；联邦税务局二零一七年三月十四日第1.700号规范性指引第21条。

<sup>96</sup> 联邦税务局-法人盈利捐(税)；一九八八年十二月十五日第7.689号法律第3条。



### 信贷、外汇、保险、证券的金融操作税 (IOF)<sup>97</sup>

税率因不同交易类型而异<sup>98</sup>。  
信贷交易的最高税率为当日交易额的1.5%。

有的金融交易税率较低，比如任何形式的贷款，包括开立信用账户：

- 自然人汇率：**0.0082%**
- 法人汇率：**0.0041%**

无论交易期限，无论消费借贷借用人是自然人还是法人<sup>99</sup>，均需附加**0.38%**的税率。

### 农村土地税 (ITR)<sup>100</sup>

税率：根据土地总面积与使用程度而异，见下表：

#### 土地总面积/使用程度 (%) (公顷)

	大于80	大于65, 不超过80	大于50, 不超过65	大于30, 不超过50	不超过30
不超过50	0.03	0.20	0.40	0.70	1.00
大于50, 不超过200	0.07	0.40	0.80	1.40	2.00
大于200, 不超过500	0.10	0.60	1.30	2.30	3.30
大于500, 不超过1000	0.15	0.85	1.90	3.30	4.70
大于1000, 不超过5000	0.30	1.60	3.40	6.00	8.60
超过5000	0.45	3.00	6.40	12.00	20.00

### 工业产品税 (IPI)<sup>101</sup>

税率：**不定**  
见工业产品税税率表 (TIPI)。

<sup>97</sup> 联邦税务局-金融操作税；联邦税务局二零二零年七月二十八日第1.969号规范性指引。

<sup>98</sup> 联邦税务局针对金融操作税的税率给出的官方说明。金融操作税税率由二零零七年十二月十四日第6.306号法令第6条和第7条规定。

<sup>99</sup> 联邦税务局二零二零年七月二十八日第1.969号规范性指引第9条第二款。

<sup>100</sup> 联邦税务局-农村土地税；联邦税务局二零二零年十二月十一日第256号规范性指引第34条。

<sup>101</sup> 联邦税务局-工业产品税；二零一六年十二月二十九日第8.950号法令附件，有所修订。

<p><b>进口税</b> (II) <sup>102</sup></p>	<p>适用于进口的外国商品和旅客行李。</p> <p>外国商品：参照共同对外关税表。 旅客行李税率：<b>50%</b></p>
<p><b>出口税</b> (IE) <sup>103</sup></p>	<p>税率：<b>30%</b> (可由外贸委员会进行调整，调整幅度不得超过150%。)</p>
<p><b>社会保险金</b> (个人) <sup>104</sup></p>	<p>税率：</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>经济部会定期公布薪资表，员工根据其所处的薪资水平按<b>7.5%、9%、12%和14%</b>等税率缴纳社会保险金。</li> </ul>
<p><b>社会保险金</b> (企业) <sup>105</sup></p>	<p>税率：</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>当月以任何名义向企业的受保雇员和独立员工支付、应付或过账的薪酬总额的<b>20%</b>。</li> <li>社会保险针对因工作环境风险导致的伤残发放补助金，企业应缴纳其在当月以任何名义向为企业提供服务的受保雇员和独立员工支付、应付或过账的薪酬总额的<b>1% (低风险)</b>、<b>2% (中风险)</b>或<b>3% (高风险)</b>作为伤残补助供款。</li> <li>针对自2000年3月1日起发生的应税事件，企业应缴纳其在当月以任何名义向为企业提供服务的个人纳税人支付或过账的薪酬总额的<b>20%</b>。</li> <li>针对自2000年3月1日起发生的应税事件，企业应缴纳与劳动协作关系中的协作者所提供服务的税务票据、发票或收据反映的总价值的<b>15%</b>。</li> <li><b>税率不定</b>，税率取决于企业针对其他实体和基金（第三方）开展的活动，企业应将当月以任何名义向企业受保雇员和独立员工支付、应付或过账的薪酬总额的特定比例用于缴纳税款。</li> </ul>

<sup>102</sup> 联邦税务局-进口税；共同对外关税表（TEC），更新于2021年3月31日。

<sup>103</sup> 联邦税务局-出口税。

<sup>104</sup> 联邦税务局二零零九年十一月十三日第971号规范性指引第63条第二款。

<sup>105</sup> 联邦税务局-社会保险金；联邦税务局二零零九年十一月十三日第971号规范性指引第72条。

此外，联邦税还包括社会一体化税（PIS）/公务员退抚金税（Pasep）以及社会保障金费（Cofins）<sup>106</sup>。

下表总结了几种主要的州政府税和市政府税：

### 州政府 and 市政府税：

州政府税	商品流通服务税（ICMS）；
	遗产与馈赠税（ITCMD）；
	车辆税（IPVA）。
市政府税	不动产转让税（ITBI）；
	服务税（ISS）；
	物业与城市土地税（IPTU）。

在**税务门户网站**查阅巴西现行税种（纳税人须缴纳的各种税、税费和贡献费）列表。

## 1.12

### 其他信息来源

- 官方法律信息来源：
  - 《联邦官方公报》
  - 联邦政府总统府
  - 巴西中央银行
  - 经济部商业登记暨整合国家局

<sup>106</sup> 社会一体化税/公务员退抚金税和社会保障金费；联邦税务局二零一九年十月十一日第1.911号规范性指引

- 巴西中央银行提供的涉及外资的术语表以及外国直接投资历史统计数据。
- 证券交易委员会列明的投资者权利。其他关于投资和企业的信息：
  - 外贸委员会门户网站
  - 企业与经商
  - 投资者门户网站
  - 巴西投资出口网-外贸投资指南，此网站为巴西政府为推介巴西国内外营商、投资机会而搭建的政府平台，汇集了外交部，工业、外贸与服务部，农业、畜牧业和食品供应部等多部门的信息。
  - 关于外资进入巴西金融、资本市场的方式的更多信息：投资者门户网站。
- 其他关于税收体系的信息：
  - 税务门户网站
  - 联邦税务局、联邦税务规定、企业所得税一般规定和企业所得税一般规定（2）的官方页面。
  - 电子税务票据系统项目旨在推行国家电子税务文件制度。
- 其他经济方面的信息：
  - 应用经济学研究学会官网，此学会为经济部下设的联邦公共基金会。
  - 国际资本相关法律法规汇总。
- 公共馆藏文献：巴西当代历史研究与文献中心。
- 与贸易协议相关的英文资讯可在美洲国家组织<sup>107</sup>外贸信息系统上获取。
- 环境准照相关补充信息：
  - 环境准照；
  - 国家环境准照门户网站上公布了准照程序的相关信息。

---

<sup>107</sup> <http://www.oas.org/en> 美洲国家组织是旨在开展政治讨论、政策分析和西半球关系决策的区域性论坛组织。

• **参考文献：**

- 关于巴西外资、公开招标、外汇制度、资本市场、公司种类、税收制度以及仲裁事务的详细信息可在外交部贸易投资促进局提供的《**巴西外国投资者法律指南**》<sup>108</sup>中查阅。
- 了解《外国资本法》的历史背景可查阅热图利奥·瓦加斯基金会线上资料库中的《外国资本》一文，以及应用经济学研究学会文献汇编中的《巴西外国直接投资监管分析》一文。
- 了解巴西外国投资管理制度的发展可查阅《**巴西外国直接投资的监管：从对双边投资协定的抵制到新监管模式的出现**》一文，刊载于《**国际法杂志**》，由**巴西利亚大学中心**法学硕博项目出版。
- 了解经济法相关内容可查阅《**巴西外资监管的相关内容**》。
- 了解公司种类和投资的一般概念可参考《巴西外国投资者的法律保障》一文，此文章可在政府平台巴西投资出口网上查阅；亦可参考《巴西外国投资的法律监管及其对商业公司的影响》一文，可在Jusbrasil平台上查阅。
- 关于“**外国公司-对外国商业公司开设分支机构的批准**”<sup>109</sup>的详细信息可在经济部网站上查阅。

<sup>108</sup> 《巴西外国投资者法律指南》第27-34页、第172-174页、第35-40页、第41-52页、第73-96页、第97-103页、第319-324页。

<sup>109</sup> “外国公司-对外国商业公司开设分支机构的批准”。



# GUIA DE INVESTIMENTO

2021



## 1.1

## Regime legal

O regime de investimento no Brasil é enquadrado pela **Lei de Remessa de Lucros**<sup>1</sup> de 1962, atualizada em 1964<sup>2</sup>, e regulamentada em 1965<sup>3</sup>.

Os seguintes bens e recursos consideram-se **capitais estrangeiros**, desde que, em ambas as hipóteses, pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no estrangeiro

- Os bens, máquinas e equipamentos entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços; e
- Os recursos financeiros ou monetários trazidos ao Brasil para aplicação em atividades económicas.

Ao abrigo deste conceito, os capitais estrangeiros podem representar investimentos societários, financeiros e tecnológicos.

A Lei de Remessa de Lucros baseia-se no regime de controlo dos investimentos estrangeiros, determinando a obrigatoriedade do registo do capital estrangeiro junto do **Banco Central do Brasil (BCB)**, como condição da garantia de câmbio e de autorização para retorno do investimento e dos seus lucros.

<sup>1</sup> Também designada Lei de Capitais Estrangeiros.

<sup>2</sup> A **Lei n.º 4.131, de 3 de Setembro de 1962** (versão consolidada oficial disponibilizada pelo **Portal Planalto** da Presidência da República), que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências, com as alterações que nela foram introduzidas pela **Lei n.º 4.390, de 29 de Agosto de 1964**, substanciais no fundo, mas formalmente pouco relevantes, é o que ainda hoje regulamenta juridicamente os capitais estrangeiros no Brasil. Fonte de informação: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/capital-estrangeiro-legislacao>

<sup>3</sup> **Decreto n.º 55.762, de 17 de Fevereiro de 1965**, e suas posteriores alterações.

O retorno de investimentos brasileiros no estrangeiro é um dos elementos integrantes do indicador **Investimentos Directo no País (IDP)** a par dos recursos da participação no capital e dos empréstimos directos concedidos a filiais de empresas multinacionais no Brasil<sup>4</sup>.

O **Banco Central do Brasil (BCB)** a par do **Conselho Monetário Nacional (CMN)** são as duas principais instituições integrantes do **Sistema Financeiro Nacional**, o qual é ainda constituído pelo Banco do Brasil S. A., pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Económico e pelas demais instituições financeiras públicas e privadas, ao abrigo da **Lei sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias** de 1964, actualizada pela última vez em 1995<sup>5</sup>.

Existem duas formas de investimento estrangeiro no Brasil:

- O **Investimento Estrangeiro Directo (IED)**, investimento de interesse duradouro, cujos fluxos são regidos pela Lei de Remessa de Lucros, ocorrendo a exploração noutra país que não o do investidor, com o objetivo de influir efectivamente na gestão da empresa e envolver a participação, directa ou indirecta, de pessoa física ou jurídica, residente, domiciliada ou com sede no exterior, em empresa constituída no Brasil; ou
- O **Investimento em portfólio** que se constitui através de investimentos em activos financeiros que consistem na transferência do e para o exterior em moeda nacional ou estrangeira, referentes a investimento no exterior, por fundos de investimento. Ao contrário do IED, os investimentos em portfólio não se destinam directamente ao circuito produtivo local. O valor das transferências deve obedecer aos limites e normas prescritos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no exercício de suas atribuições. Trata-se de títulos, acções, derivativos<sup>6</sup> e obrigações (*debêntures*<sup>7</sup>).

<sup>4</sup> No ano de 2020, os investimentos estrangeiros no Brasil somaram US\$ 34,167 bilhões (cerca de 28 bilhões de Euros), representando uma queda de 50% face ao ano anterior, de acordo com "nota de Sector Externo", divulgada pelo BCB <https://www.cnbrazil.com.br/business/2021/04/26/investimento-estrangeiro-no-brasil-sobe-40-3-no-1-tri-maior-valor-desde-2018>; <https://www.cnbrazil.com.br/business/2021/02/24/investimento-estrangeiro-no-brasil-e-o-menor-em-janeiro-desde-2010>.

<sup>5</sup> Versão consolidada da **Lei n.º 4.595, de 31 de Dezembro de 1964**, Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

<sup>6</sup> Derivativos são operações que têm por base um activo <https://www.investidor.gov.br/glossario.html>.

<sup>7</sup> Debênture "é um valor mobiliário emitido por sociedades por acções, representativo de dívida, que assegura a seus detentores o direito de crédito contra a companhia emissora" [https://www.investidor.gov.br/menu/Menu\\_Investidor/valores\\_mobiliarios/debenture.html](https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/debenture.html).



O IED consiste, de acordo com o BCB, na aquisição de participações no capital social de uma empresa brasileira por um investidor (pessoa física ou jurídica) não residente no país ou com sede no exterior<sup>8</sup>.

Os fluxos de IED destinam-se à criação ou ampliação da capacidade produtiva ou de aquisição de empresas em processo de privatização. Comparativamente com os investimentos em portfólio, os activos do IED apresentam baixa liquidez.

Um exemplo de IED é a instalação no Brasil de subsidiárias de empresas multinacionais.

Nas secções 1.2, 1.4 e 1.5 seguintes são resumidos os principais aspectos da Lei de Remessa de Lucros relativos a garantias, transferências para o exterior, requisitos de registo e regime cambial.

## 1.2

### Garantias dos investidores e transferências para o exterior

A par do registo no BCB, a Lei de Remessa de Lucros prevê uma segunda protecção do investidor estrangeiro que se traduz na garantia do tratamento nacional<sup>9</sup>: ao capital estrangeiro que se investir no Brasil é dispensado tratamento jurídico idêntico ao conferido ao capital nacional em igualdade de condições, sendo vedadas quaisquer discriminações.

<sup>8</sup> Investidor estrangeiro pode ser considerado todo aquele que aplica capitais em outra economia nacional que não aquela onde tem seu domicílio e de onde provêm os recursos. Na legislação/regulamentação brasileira de capitais estrangeiros a expressão investidor estrangeiro é encontrada em dois sentidos, o estrito e o amplo. Em sentido estrito, investidor estrangeiro é apenas o detentor de um investimento externo directo no País, englobando, quando adotada a expressão em sentido amplo, também aquele que aplica recursos em investimentos em portfólio devidamente regulamentados por normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Fonte: Glossário do BCB <https://www.bcb.gov.br/htms/firce/conceitos.asp?frame=1>.

<sup>9</sup> Está subjacente a ideia de que “a concessão de garantias e a definição de regras transparentes representam as condições básicas para atração do investidor estrangeiro”, “Aspectos Relevantes do Regramento dos Capitais Estrangeiros no Brasil”, Ramon Machado Castilho, São Paulo, 2008, p.18.

O ordenamento jurídico brasileiro não faz distinção entre investimentos ou investidores nacionais e estrangeiros, nomeadamente no plano Constitucional<sup>10</sup>, sendo assegurado o exercício da livre iniciativa e da livre concorrência de acordo com os ditames da justiça social, quer para a empresa nacionais quer para empresas estrangeiras.

Desde que o investidor estrangeiro cumpra os requisitos para registo e funcionamento no país que se resumem nas secções seguintes, será considerado apto para investir no mercado económico brasileiro da mesma forma que o investidor nacional.

Os investidores estrangeiros podem optar pelas seguintes alternativas de destino do capital investido: o repatriamento do capital investido, o reinvestimento ou a remessa de lucros ao país de origem do investimento.

Os **reinvestimentos** são os lucros auferidos por empresas sediadas no Brasil e atribuíveis a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, que são reinvestidos na empresa que os gerou ou em outro sector interno da economia.

Não existem restrições à distribuição de lucros e à sua consequente remessa ao exterior, excepto no que respeita aos requisitos de registo que se sumarizam na secção 1.4. Os dividendos e os lucros distribuídos aos acionistas ou aos sócios de sociedades com sede no Brasil, mesmo quando remetidos ao exterior, não são tributados.

**Investidores estrangeiros ou não residentes** são as pessoas físicas ou jurídicas, ou fundos ou outras entidades de investimento coletivo com residência, sede ou domicílio no exterior.

#### **Transferências para o exterior:**

O Brasil adopta o modelo de regulação jurídica internacional dos investimentos que se traduz no **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)**, visando promover a internacionalização das empresas nacionais e atrair IED para o país.

<sup>10</sup> Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O ACFI assegura a livre **transferência de fundos dos investimentos para o exterior** prevenindo, no entanto, expressamente a possibilidade de atraso ou transferência de investimentos na ocorrência de situações adversas, como falência ou dívidas decorrentes de eventual condenação penal, bem como a parceria entre as autoridades dos Estados signatários para essa finalidade<sup>11</sup>.

O **ACFI** é um tratado internacional bilateral ou plurilateral que tem por objetivo criar condições favoráveis para a promoção de investimentos entre os investidores dos Estados signatários.

### Contratação pública:

No Brasil o quadro regulatório da licitação e contratação com a Administração Pública, previstas constitucionalmente<sup>12</sup>, é constituído pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos de Abril de 2021<sup>13</sup> que prevê um regime transitório no qual durante dois anos se manterão ainda em vigor as anteriores regras gerais de licitações e de procedimento licitatório, respectivamente de 1993 e de 1995<sup>14</sup>. São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão, o pregão e ainda a nova modalidade diálogo competitivo.

<sup>11</sup> “**Segurança Jurídica do Investidor Estrangeiro no Brasil**”, p. 14. Mais informação sobre o ACFI em “Regulação do investimento estrangeiro direto no Brasil: da resistência aos tratados bilaterais de investimento à emergência de um novo modelo regulatório”.

<sup>12</sup> Ao abrigo do Art. 37 da Constituição, “a licitação é o procedimento administrativo formal por meio do qual o Poder Público, buscando alcançar o resultado mais eficiente, seleciona a melhor proposta apresentada, seja em razão do melhor preço, da forma de prestação e execução dos serviços ou da especialidade do fornecedor” “**Segurança Jurídica do Investidor Estrangeiro no Brasil**”, pp. 30.

<sup>13</sup> **Lei nº 14.133, de 1 de Abril de 2021.**

<sup>14</sup> **Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.987/1995** resumidas em “**Segurança Jurídica do Investidor Estrangeiro no Brasil**”, pp. 30-31. Informações sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos de Abril de 2021 veiculadas pelo Ministério da Economia <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/presidente-bolsonaro-sanciona-nova-lei-de-licitacoes> e nos *media* <https://www.camara.leg.br/noticias/742288-nova-lei-de-licitacoes-e-sancionada-por-bolsonaro-com-26-vetos>

## Forma legal exigida para a constituição de sociedades

### 1.3

#### 1.3.1 Forma e documentação exigida

As sociedades empresariais estrangeiras são regidas pelo Código Civil Brasileiro de 2002, actualizado em 2018<sup>15</sup> e também pela legislação comercial pertinente, como sejam a Lei de Sociedades por Ações de 1976, actualizada em 2019<sup>16</sup> e a regulamentação das sociedades anónimas de 1940, actualizada em 1976<sup>17</sup>, além de actos administrativos emitidos pelas Secretarias competentes<sup>18</sup>.

É considerada **pessoa jurídica estrangeira** a sociedade constituída e organizada de acordo com a legislação do seu país de origem no qual tem sua sede administrativa.

Designadamente os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, por sociedade mercantil estrangeira, são objecto de actos administrativos.

Uma vez concedida a autorização, a sociedade empresarial estrangeira deverá registar os seus actos societários na Junta Comercial da unidade federativa em que estiver localizada a filial, agência, sucursal ou estabelecimento<sup>19</sup>.

<sup>15</sup> Versão consolidada da **Lei n.º 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**, que institui o Instítui o Código Civil, actualizado pela **Lei n.º 13.777, de 20 de Dezembro de 2018**.

<sup>16</sup> Versão consolidada da **Lei n.º 6.404, de 15 de Dezembro de 1976**, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, actualizada pela **Lei n.º 13.818, de 24 de Abril de 2019**.

<sup>17</sup> Decreto-lei n.º 2.627 de 1940, que dispõe sobre as sociedades por ações, revogado parcialmente pela **Lei n.º 6.404, de 1976**.

<sup>18</sup> "**Segurança Jurídica do Investidor Estrangeiro no Brasil**", pp. 26-27.

<sup>19</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei/juntas-comerciais>

As **Juntas Comerciais** são órgãos de jurisdição estadual dependentes do **Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI)**<sup>20</sup>, vinculado ao Ministério da Economia, com a responsabilidade de realizar e arquivar os registos de actividades ligadas às empresas e sociedades empresariais. Há uma Junta Comercial em cada Estado brasileiro.

**Empresário** é a pessoa física ou jurídica que exerce profissionalmente atividade económica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços, com excepção daquelas que exercem actividades de natureza intelectual, científica, literária ou artística, a não ser que essa atividade constitua elemento de empresa.

O exercício da atividade empresarial pressupõe a inscrição no **Registro Público de Empresas**<sup>21</sup>, da responsabilidade das Juntas Comerciais, ao abrigo das respectivas **normas e diretrizes gerais** de 2020<sup>22</sup>.

As sociedades são constituídas mediante contrato escrito, particular ou público, no qual deve ficar expressa a opção das partes contratantes pela constituição de sociedade personificada ou não personificada.

As sociedades não personificadas são as desprovidas de personalidade jurídica própria, como é o caso do consórcio.

Existem os seguintes tipos de sociedades personificadas: as sociedades simples, em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por acções, e as mais comuns, as sociedades limitadas e as sociedades anónimas<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei>

<sup>21</sup> Segundo **informação oficial prestada pelo Ministério da Economia**, o Registro Público de Empresas foi simplificado em único ato normativo, a **Instrução Normativa nº 81 de 10 de Junho de 2020**, que revisa as diretrizes expedidas pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

<sup>22</sup> **Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020**, que dispõe sobre as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas, bem como regulamenta as disposições do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.

<sup>23</sup> Consultar os Manuais disponibilizados pelo Ministério da Economia, através respectivamente do **Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, do SECINT e SEPEC: Manual de registo de sociedade limitada e Manual de Registro de Sociedade Anónima; Manual de registo de empresário individual e Manual de registo de empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**.

### 1.3.2 Capital social

**Sociedade anónima:** mínimo 2 sócios e depósito em dinheiro, no Banco do Brasil S/A, de, no mínimo, 10% do valor de emissão das acções.

**Sociedade limitada:** dividido em quotas sociais, não se exigindo um capital mínimo.

## Requisitos de registo e licenciamento

## 1.4

Para investir no País, o investidor estrangeiro, seja pessoa física ou jurídica, deverá estar inscrito no Cadastro de Contribuintes da Receita Federal do Brasil (RFB)<sup>24</sup>, nomeadamente no **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)** ou no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**<sup>25</sup> conforme aplicável<sup>26</sup>.

Designadamente as pessoas jurídicas, onde se incluem as sociedades empresariais, devem cumprir o respectivo quadro normativo<sup>27</sup>, sendo obrigatório desde 2018<sup>28</sup> que todas as entidades domiciliadas no Brasil, inclusive as pessoas jurídicas equiparadas pela legislação do Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ)<sup>29</sup>, se inscrevam no CNPJ bem como cada um dos seus estabelecimentos localizados no Brasil ou no exterior, antes do início das suas actividades.

<sup>24</sup> <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/cadastros>

<sup>25</sup> **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)** e **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** da Receita Federal.

<sup>26</sup> O CNPJ e o CPF estão incluídos no **Cadastro Centralizado de Contribuinte (CCC)** mantido dentro do Sistema Nota Fiscal Electrónica (NF-e) pelas Secretarias da Fazenda (SEFAZ) dos diversos Estados que compõem a União. Para além do CCC, cada Estado tem o seu Cadastro Estadual. Os Cadastros Estaduais são acessíveis através do **Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA)**.

<sup>27</sup> **Legislação aplicável ao CNPJ** disponível.

<sup>28</sup> **Instrução Normativa RFB n.º 1863, de 27 de Dezembro de 2018**, Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

<sup>29</sup> **Instrução Normativa RFB n.º 1.700, de 14 de março de 2017**.

Além disso, previamente ao início das suas operações, o investidor não residente tem as seguintes obrigações estabelecidas por Resolução do BCB de 2014<sup>30</sup>:

- Constituir representante no Brasil;
- Identificar-se perante o BCB; e
- Obter registo junto da CVM.

Segundo a Lei de Remessa de Lucros, todos os investimentos estrangeiros devem registar-se junto do BCB, procedimento essencial para a remessa de lucros para o estrangeiro, o repatriamento de capital e o registo de reinvestimento de lucros.

O registo de capitais estrangeiros junto do BCB, mecanismo complementar à garantia da igualdade de tratamento, abrange sumariamente o seguinte:

- Os recursos que entrem no Brasil sob a forma de IED ou de empréstimo, quer em moeda, quer em bens;
- As remessas efectuadas ao exterior como retorno de capitais, lucros, dividendos, juros, amortizações, *royalties* ou qualquer outro rendimento que implique transferências para o exterior;
- O reinvestimento de lucros; e
- As alterações do valor monetário do capital das empresas.

São equiparadas às pessoas jurídicas as sociedades em conta de participação (SCP) e as empresas individuais, incluindo o empresário, a pessoa física que, em nome individual, explore, habitual e profissionalmente, qualquer atividade econômica de natureza civil ou comercial com o fim especulativo de lucro, mediante venda a terceiros de bens ou serviços e a pessoa física que promover a incorporação de prédios em condomínio ou loteamento de terrenos.

Para fins de registo junto do BCB, são três os elementos que caracterizam determinado **capital como estrangeiro**:

1. Entrada no Brasil, ou seja, a passagem (real ou simbólica) pela fronteira econômica;
2. Pertencer a pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior (regra do domicílio); e
3. Destinar-se a actividades económicas.

<sup>30</sup> Resolução n° 4.373, de 29 de Setembro de 2014, que dispõe sobre aplicações de investidor não residente no Brasil nos mercados financeiro e de capitais no País e dá outras providências.



O quadro seguinte esquematiza o modo de registo das três principais vias de investimento:

**PRINCIPAIS VIAS DE INVESTIMENTO NO BRASIL**

<b>Registo de capitais estrangeiros</b>	Efectuado na moeda do país de origem	
<b>Registo do reinvestimento de rendimentos</b>	Efectuado em moeda estrangeira	Moeda do país para o qual poderiam ter sido remetidos, pela taxa de câmbio do período durante o qual tenha sido comprovadamente efetuado
	Efectuado em moeda nacional	Quando o investimento original assim tiver sido feito
<b>Transferências financeiras para o exterior</b>	Efectuadas em qualquer moeda, independentemente da moeda em que for realizado o registo no BCB	

As pessoas físicas e jurídicas que pretendam fazer transferências para o exterior a título de lucros, dividendos, juros, amortizações, *royalties*, assistência técnica científica, administrativa e semelhantes estão sujeitas à obrigação de submeter ao BCB os contratos e documentos que forem considerados necessários para justificar a remessa.

No caso de registos requeridos e ainda não concedidos, nem denegados, é atenuado o rigor desta obrigação, autorizando-se tais remessas, dentro do prazo de 1 ano, prorrogável por 3 vezes consecutivas, mediante autorização do Presidente da República e proposta do Ministro da Economia<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> O Ministro da Economia sucedeu às competências do Ministro da Fazenda previsto na redacção da **Lei de Remessa de Lucros** de 1962 actualizada em 1964.

O registo do capital estrangeiro deve ser efetuado no **Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN)**<sup>32</sup> por via do *Módulo Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Externo Direto (RDE-IED)*<sup>33</sup>, podendo as remessas de moeda ao exterior sofrer restrições na falta do correspondente registo no Sistema RDE-IED, uma vez que tanto a remessa de lucros, como repatriamento de capital e o registo de reinvestimentos se baseiam no montante registado a título de investimento estrangeiro.

Dado o cariz declaratório deste registo, o investimento estrangeiro a ser efetuado e registado não se encontra sujeito a análise prévia do BCB. Isto significa que a empresa receptora do investimento estrangeiro e/ou o representante do investidor estrangeiro (não residente) são responsáveis pela obrigação de efectuar o registo, nos termos da Circular/Bacen de 2010<sup>34</sup> que regula o **registo do IED no País**.

Salienta-se, em conclusão, que é obrigatório registar o seguinte no Módulo RDE-IED:

- O destino das remessas relativas a lucros, tendo em vista a participação no total de ações ou quotas que compõem o capital social da empresa receptora do investimento;
- A participação de investidor não residente no capital social de empresa receptora, integralizada ou adquirida na forma da legislação em vigor, e o capital destacado de empresa estrangeira autorizada a operar no Brasil, devendo ser registados como IED;
- Todos os eventos societários ou contratuais que alterem os termos da participação societária de investidor estrangeiro.

### Investidor não residente

é a pessoa física, pessoa jurídica ou entidade de investimento coletivo que, tendo residência, domicílio ou sede no exterior, detém ou intenta deter participação no capital social de empresa no País.

### Empresa

**receptora** é a pessoa jurídica empresária constituída sob as leis brasileiras e com domicílio e administração no País, em cujo capital social o investidor não residente detém ou intenta deter participação, bem como filial de pessoa jurídica empresária estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.

<sup>32</sup> Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN).

<sup>33</sup> *Módulo Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Externo Direto (RDE-IED)*.

<sup>34</sup> Circular/Bacen n° 3.491/2010.

Consideram-se IED para fins de RDE:

- As participações permanentes em empresas no País, detidas por investidor não residente, pessoa física ou jurídica, residente, domiciliada ou com sede no exterior, mediante a propriedade de ações ou quotas representativas do capital social de empresas brasileiras; e
- O capital destacado das filiais ou sucursais de empresas estrangeiras autorizadas a operar no País.

### Licenciamento:

No âmbito do processo de desburocratização levado a cabo pelo governo federal, as atividades de baixo risco estão dispensadas de licenças e alvarás, segundo informação oficial do Ministério da Economia<sup>35</sup>. De entre as atividades abrangidas pela dispensa contam-se bares, padarias, borracharias e fábricas têxteis e de calçados, as quais não são obrigadas a cumprir, designadamente, os requisitos de obtenção de Licenciamento Ambiental.

**Atividades de baixo risco** são, ao abrigo da **Lei da Liberdade Económica de 2019**<sup>36</sup>, as atividades dispensadas de todos os actos públicos de autorização da atividade económica para plena e contínua operação e funcionamento do estabelecimento, cuja lista foi aprovada em 2019<sup>37</sup>.

Os empreendimentos e atividades que devem ser submetidos ao **licenciamento ambiental federal** são estabelecidos por **Lei de 2011 regulamentada em 2015**<sup>38</sup>, correspondendo às **Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais**<sup>39</sup>, as quais estão obrigatoriamente sujeitas a inscrição no Cadastro Técnico Federal<sup>40</sup>.

<sup>35</sup> <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/01/cai-exigencia-de-licencas-e-alvaras-para-atividades-de-baixo-risco-no-pais>

<sup>36</sup> **Artigo 3.º da Lei n.º 13.874, de 20 de Setembro de 2019**, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Económica.

<sup>37</sup> A Lista de Atividades de baixo risco encontra-se no **Anexo I da Resolução n.º 51, de 11 de Junho de 2019**, que versa sobre a definição de baixo risco para os fins da Medida Provisória n.º 881, de 30 de abril de 2019.

<sup>38</sup> **Lei Complementar n.º 140, de 08 de Dezembro de 2011**, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e o Decreto n.º 8.437, de 22 de abril de 2015, que Regulamenta o disposto no art. 7.º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar n.º 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.

<sup>39</sup> <http://www.ibama.gov.br/laf/sobre-o-licenciamento-ambiental-federal>.

<sup>40</sup> **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)**.

Tais actividades devem obter as licenças ambientais, junto do **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)** através do **Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal (SisG-LAF)**<sup>41</sup>, as quais se esquematizam no quadro seguinte.

### Licenciamento ambiental no Brasil

<b>Licença Prévia (LP)</b> <sup>42</sup>	<p>Concedida pelo órgão ambiental na fase preliminar do planeamento do empreendimento ou actividade sujeita ao licenciamento ambiental, a LP aprova a localização e a concepção do projecto, certificando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condições a serem cumpridos nas fases seguintes da sua implementação.</p>
<b>Licença de Instalação (LI)</b> <sup>43</sup>	<p>Concedida pelo órgão ambiental para autorizar a instalação do empreendimento ou actividade, com o estabelecimento de condições e a autorização para a execução de planos, programas e projectos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais.</p>
<b>Licença de Operação (LO)</b> <sup>44</sup>	<p>Concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou desactivação do empreendimento ou actividade, com o estabelecimento de condições e a autorização para a execução de planos, programas e projectos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais.</p>
<b>Licença de Pesquisa Sísmica (LPS)</b> <sup>45</sup>	<p>Concedida pelo órgão ambiental para autorizar a actividade de pesquisa de dados sísmicos marítimos e em zonas de transição terra-mar, estabelecendo condições, restrições e medidas de controlo ambiental a serem observadas pelo empreendedor na execução da actividade.</p>

<sup>41</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/atendimento-de-demandas-gerais-do-licenciamento-ambiental-federal>

<sup>42</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-licenca-previa-lp-ibama>

<sup>43</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-licenca-de-instalacao>

<sup>44</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-licenca-de-operacao>

<sup>45</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-licenca-de-operacao>

Para além do licenciamento ambiental federal, há competências adicionais a nível estadual e municipal estabelecidas em Lei de 2011<sup>46</sup>.

## Regras e procedimentos para operações cambiais

### 1.5

A regra de salvaguarda da Lei de Remessa de Lucros prevê restrições cambiais para retorno e remessa de rendimentos de capitais estrangeiros num cenário de grave desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Complementarmente, esta Lei impede que os pagamentos de rendimentos relativos a capitais estrangeiros sejam efectuados por uma taxa de câmbio que seja favorável, quando comparada com as taxas aplicáveis ao pagamento de importações.

O **Regime Cambial Brasileiro** de 2006<sup>47</sup>, regulamentado por Resolução de 2008<sup>48</sup>, dispõe designadamente sobre operações de câmbio e sobre registo de capitais estrangeiros. Ao abrigo deste quadro legal, o **Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais** contém as disposições normativas, os procedimentos relativos ao mercado de câmbio<sup>49</sup> e as disposições referentes a capitais estrangeiros no Brasil<sup>50</sup>. O momento do registo é posterior à entrada do capital estrangeiro nas operações de câmbio, as quais se resumizam no quadro seguinte.

<sup>46</sup> **Lei Complementar n.º 140, de 8 de dezembro de 2011**, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

<sup>47</sup> **Lei n.º 11.371, de 28 de Novembro de 2006**.

<sup>48</sup> **Resolução n.º 3.568, de 29 de maio de 2008**, que dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências.

<sup>49</sup> Título 1 aprovado pela **Circular n.º 3.650, de 18.03.2013**.

<sup>50</sup> Título 3 aprovado pela **Circular 3.491, de 24.03.2010**.

## Operações realizadas no mercado de câmbio

Operações de compra e de venda de moeda estrangeira e a operações com ouro-instrumento cambial, realizadas com instituições autorizadas pelo BCB a operar no mercado de câmbio, bem como as operações em moeda nacional entre residentes, domiciliados ou com sede no País e residentes, domiciliados ou com sede no exterior

Operações relativas aos recebimentos, pagamentos e transferências de e para o exterior mediante a utilização de cartões de uso internacional, bem como as operações referentes às transferências financeiras postais internacionais, inclusive vales postais e reembolsos postais internacionais

Para que um estrangeiro, seja ela pessoa física ou jurídica, possa adquirir uma participação numa empresa brasileira já constituída ou subscrever capital é necessário que os investimentos sejam realizados mediante estabelecimento bancário com autorização para realizar operações cambiais, operação esta que não se sujeita à autorização pelo BCB.

Devem ser prestadas as seguintes informações junto do SISBACEN, dentro de 30 dias contados da data do evento que lhe deu origem, conforme Resolução/CVM de 2010<sup>51</sup>: informações sobre as partes, as pessoas físicas envolvidas na operação, se estas são residentes ou não, as operações individualmente realizadas e ainda as pessoas responsáveis no **Cadastro Declaratório de Não Residente (CDNR)**<sup>52</sup>.

O **CDNR** é um cadastro obrigatório para não residentes que pretendam fazer aplicações de capital no Brasil.

<sup>51</sup> **Resolução/CVM nº 3.844/2010**, que dispõe sobre o capital estrangeiro no País e seu registro no Banco Central do Brasil, e dá outras providências.

<sup>52</sup> O CDNR substitui o antigo Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas (Cademp).



O acesso de investidores não residentes (ou estrangeiros) aos **mercados financeiro e de capitais** tem por base duas Resoluções do CMN de 2014 e de 2000<sup>53-54</sup>, que estabelecem o quadro normativo, para além das normas cambiais, a que devem obedecer as aplicações de investidor não residente no Brasil nesses mercados e as respectivas transferências financeiras do Brasil e para o exterior do Brasil, em moeda nacional ou em moeda estrangeira.

Informação oficial sobre a Política Cambial do Brasil, sobre câmbio e capitais internacionais é disponibilizada pelo BCB<sup>55</sup>.

## Zonas Francas e regimes fiscais privilegiados

### 1.6

Ao abrigo de **Lei sobre o pagamento em lojas francas** de 2006<sup>56</sup>, na zona primária de porto ou aeroporto poderá ser autorizado, nos termos e condições fixados pelo Ministro de Estado da Fazenda, o funcionamento de lojas francas para venda de mercadoria nacional ou estrangeira a passageiros de viagens internacionais, na chegada ou saída do País, ou em trânsito, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira.

No Brasil foi estabelecida em 1967 a **Zona Franca de Manaus (ZFM)**<sup>57</sup>, a qual é administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) sob dependência do Ministério da Economia. As pessoas físicas ou jurídicas interessadas em operar na ZFM devem realizar o cadastro ou credenciamento através do **Sistema de Cadastro Suframa (CADSUF)**<sup>58</sup>,

<sup>53</sup> Fonte de informação: Portal do Investidor [https://www.investidor.gov.br/menu/Investidor\\_Estrangeiro/como\\_investir/Introducao\\_ComoInvestir.html](https://www.investidor.gov.br/menu/Investidor_Estrangeiro/como_investir/Introducao_ComoInvestir.html) e actualizações legais disponíveis na página do Banco Central do Brasil (BCB) **Resolução n.º 4.373 de 29 de Setembro de 2014 e Resolução n.º 2.687 de 26 de Janeiro de 2000**.

<sup>54</sup> Mais informação sobre o CMN pode ser consultada na página do Ministério da Economia em <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/cmn>

<sup>55</sup> <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/politicacambial>; <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cambioecapitais>.

<sup>56</sup> **Lei n.º 11.371, de 28 de Novembro de 2006**, que dispõe sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto entre outras matérias

<sup>57</sup> **Decreto-Lei n.º 288, de 28 de Fevereiro de 1967**, que altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.

<sup>58</sup> <https://www4.suframa.gov.br/cadsuf/#/menu-externo>

sistema informatizado instituído em 2017<sup>59</sup> que compreende o conjunto de informações de qualificação de pessoas jurídicas e físicas no interesse de aprovação e acompanhamento de projetos e de controle de incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA<sup>60</sup>.

Adicionalmente, a partir de 2010 foi estabelecido através de **Instrução normativa da RFB**<sup>61</sup>, atualizada pela última vez em 2019, um elenco de países ou dependências com **tributação favorecida** e regimes fiscais privilegiados, ou seja, jurisdições que não tributam os rendimentos ou que a tributam à alíquota inferior a 20% (consultar na secção 1.11 o significado deste conceito) ou, ainda, cuja legislação interna não permita acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade.

## 1.7

### Constituição de empresa com capital estrangeiro

As sociedades empresárias estrangeiras que pretendam nacionalizar ou instalar filial, agência, sucursal ou estabelecimento no Brasil devem solicitar a devida autorização para nacionalização, instalação ou modificação junto do **DREI**, cumprindo as normas e procedimentos no âmbito dos requisitos exigidos pelo **Código Civil**<sup>62</sup> e por **regulamentação do DREI** de 2020<sup>63</sup>.

O **DREI** é a estrutura do Ministério da Economia junto da qual são realizados os pedidos de autorização ou modificação para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no Brasil por sociedade empresária estrangeira.

<sup>59</sup> Resolução n.º 38, de 11 de Maio de 2017.

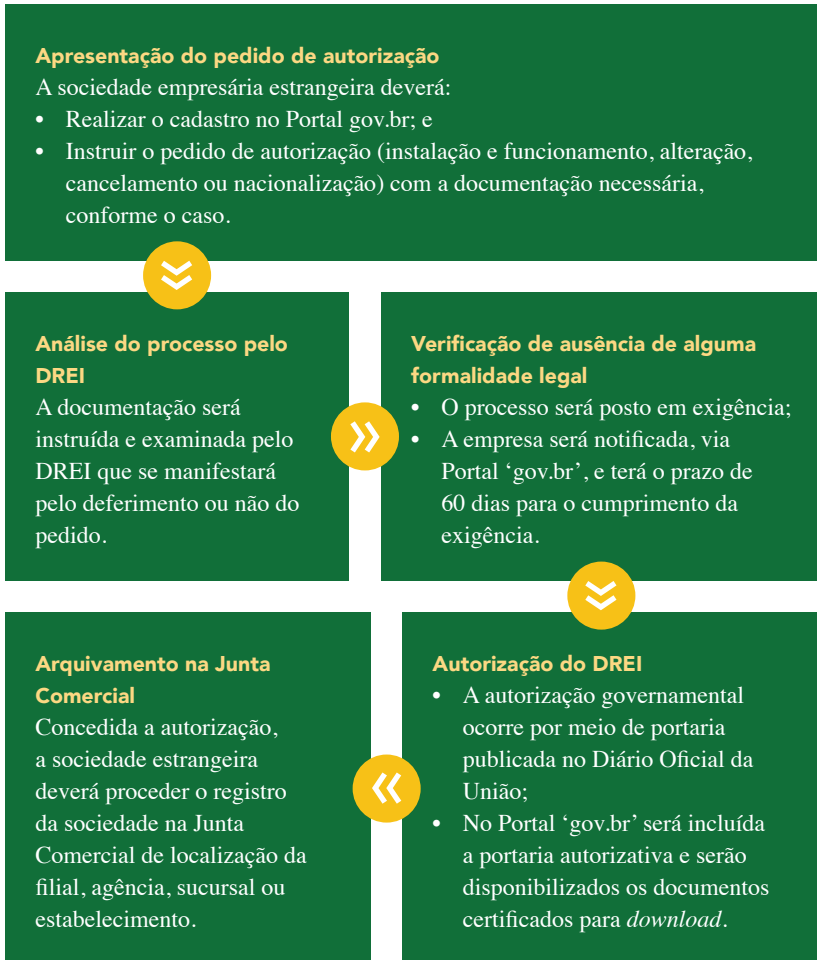
<sup>60</sup> A SUFRAMA disponibiliza um **Manual do Usuário CADSUF**.

<sup>61</sup> **Instrução Normativa RFB n.º 1.037, de 04 de junho de 2010**, que relaciona países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados.

<sup>62</sup> **Artigos 1.134 a 1.141 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**, que institui o Código Civil.

<sup>63</sup> **Instrução Normativa DREI n.º 77, de 18 de Março de 2020**.

O procedimento de autorização governamental, a cargo do DREI, para sociedades estrangeiras, funciona da forma que a seguir se esquematiza:



O Ministério da Economia disponibiliza o acesso a cada uma das Juntas Comerciais existentes em cada Estado<sup>64</sup>.

<sup>64</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei/juntas-comerciais>

**Nacionalização de sociedade estrangeira:**

Após obtenção de autorização para instalação e funcionamento de filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil, a sociedade estrangeira poderá decidir transferir a sua sede para o Brasil, através do processo de obtenção de autorização de nacionalização de sociedade estrangeira junto do DREI.

Informação oficial detalhada sobre toda a documentação necessária para cumprir os procedimentos acima sumarizados é disponibilizada pelo Ministério da Economia<sup>65</sup>.

Mais informação pode ser consultada sobre as seguintes matérias: abertura de empresa por estrangeiro o Brasil<sup>66</sup>; abertura de empresa com investimento estrangeiro no Brasil<sup>67</sup> e constituição de empresas no Brasil<sup>68</sup>.

**1.8****Principais entidades competentes**

São órgãos (ou autarquias, a designação usada no Brasil<sup>69</sup>) com competências no âmbito do investimento no Brasil os seguintes:

**O Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI)**<sup>70</sup> é o órgão do Ministério da Economia<sup>71</sup> competente para instruir e examinar os processos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no Brasil por

<sup>65</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei/empresas-estrangeiras/ManualdeEmpresaEstrangeira27out20.pdf>

<sup>66</sup> <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/abertura-de-empresa-por-estrangeiro-no-brasil/>

<sup>67</sup> <https://www.artdatacontabil.com.br/blog-leitura/saiba-mais-sobre-abertura-de-empresas-estrangeiras-ou-com-investimento-estrangeiro>

<sup>68</sup> [http://barcelona.itamaraty.gov.br/pt-br/constituicao\\_de\\_empresas\\_no\\_brasil.xml](http://barcelona.itamaraty.gov.br/pt-br/constituicao_de_empresas_no_brasil.xml)

<sup>69</sup> As autarquias são as estruturas da Administração Pública prestam serviços relevantes à sociedade, como serviços sociais e científicos, por exemplo, sendo reguladas pelo **Decreto-lei n.º 200, de 25 de Fevereiro de 1967**, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

<sup>70</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei>

<sup>71</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos>

sociedade estrangeira<sup>72</sup>. As Juntas Comerciais existentes em cada Estado são responsáveis pelo arquivamento do registro de filiais, agência, sucursal ou estabelecimento de sociedades empresariais estrangeiras.

O **Conselho Monetário Nacional (CMN)** é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional com a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, visando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do Brasil<sup>73</sup>.

O **Banco Central do Brasil (BCB)**<sup>74</sup>, órgão federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, é responsável por monitorizar e garantir o funcionamento regular do mercado e o cumprimento da regulamentação.

O BCB e a **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**<sup>75</sup>, vinculada ao Ministério da Economia, são as entidades competentes para o registro do investimento estrangeiro e dos investidores no âmbito dos mercados financeiros e de capitais.

A **Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)**, do Ministério da Economia, é responsável pelas políticas e atividades relativas ao comércio estrangeiro de bens e serviços, aos investimentos estrangeiros diretos, aos investimentos brasileiros no estrangeiro e ao financiamento às exportações.

A **Receita Federal**<sup>76</sup>, ou **Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)**, do Ministério da Economia, tem como responsabilidade a administração dos tributos federais e o controle aduaneiro.

O **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)** é o órgão federal vinculado ao Ministério do Ambiente responsável pelo licenciamento ambiental e por diversos outros tipos de anuências e autorizações ambientais as quais se encontram elencadas na página oficial do governo<sup>77</sup>.

---

<sup>72</sup> Nos termos do inciso X do art. 4º da **Lei nº 8.934, de 18 de Novembro de 1994**.

<sup>73</sup> Informação sobre o funcionamento do CMN pode ser consultada na página do BCB <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/cmn>

<sup>74</sup> <https://www.bcb.gov.br/>

<sup>75</sup> <https://www.gov.br/cvm/pt-br>

<sup>76</sup> <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>

<sup>77</sup> <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-brasileiro-do-meio-ambiente-e-dos-recursos-naturais-renovaveis>

A **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**<sup>78</sup> é um órgão vinculado ao Ministério da Economia que administra a Zona Franca de Manaus (ZFM), com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade económica e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

## 1.9 Resolução de conflitos

A Constituição assegura a todos os cidadãos, nacionais ou estrangeiros, o acesso à justiça, compreendido como a adoção de meios para a prevenção e a solução de litígios de forma judicial ou extrajudicial.

No âmbito federal, cabe à **Advocacia-Geral da União**<sup>79</sup>, por meio da **Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF)**<sup>80</sup> solucionar os conflitos surgidos no âmbito da Administração Pública Federal, com carácter preventivo ou após a judicialização da questão, sendo-lhe assegurada competência para desistir, transigir, acordar e firmar compromisso nas acções de interesse da União.

Adicionalmente por Lei de 2015<sup>81</sup> determina-se que a Administração Pública “directa e indirecta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis”<sup>82</sup>, podendo criar câmaras de prevenção e **resolução administrativa de conflitos**, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, com competência para, entre outras, dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública e celebração de termo de ajustamento de conduta, incluindo-se entre as suas competências a adopção de medidas de prevenção e resolução de conflitos que envolvam equilíbrio económico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

<sup>78</sup> <https://www.gov.br/suframa/pt-br>

<sup>79</sup> <https://www.gov.br/agu/pt-br>

<sup>80</sup> Cartilha da CCAF.

<sup>81</sup> Lei n° 13.140/2015.

<sup>82</sup> “Segurança Jurídica do Investidor Estrangeiro no Brasil”, pp. 34-43.

O modelo de ACFI brasileiro oferece um mecanismo fundado na **resolução de conflitos exclusivamente entre Estados**, que confere maior confiabilidade ao litígio que seja levado à apreciação de um tribunal arbitral, visando nesse caso o procedimento arbitral restabelecer o respeito com as normas do ACFI.

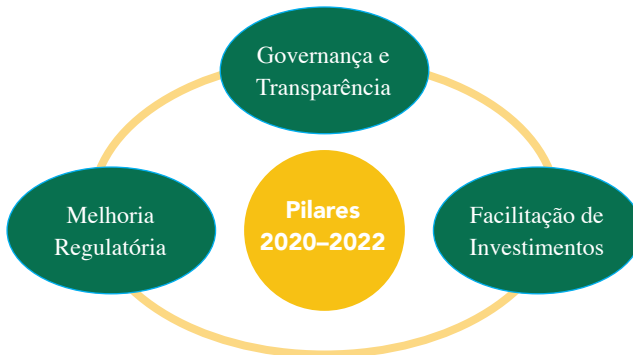
Caso o conflito não seja resolvido pelos mecanismos de prevenção e não se obtenha consenso entre as partes, poderá ser constituído um tribunal arbitral.

## Planos, estratégias e programas e Fundos

### 1.10

As prioridades de política económica e financeira estão estabelecidas através da Lei sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias de 1964<sup>83</sup>.

O **Plano Nacional de Investimentos para o período 2020-2022**<sup>84</sup>, lançado em agosto de 2020, prevê ações até 2022 para a retomada da economia, sendo dividido nos seguintes três pilares e estabelecendo estratégias para a retomada do ambiente de negócios no contexto de recuperação da economia brasileira:



<sup>83</sup> Lei nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

<sup>84</sup> Resolução CONINV N° 1, de 4 de Agosto de 2020, Aprova o Plano Nacional de Investimentos.



Destacam-se ainda os seguintes:

- **Programa de Parcerias de Investimento (PPI)**<sup>85</sup> criado em 2016, no âmbito da Presidência da República<sup>86</sup>, com a finalidade de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização;
- **Plano de Investimento do Brasil para o Programa de Investimento Florestal (FIP)**<sup>87</sup>, visando a promoção do uso sustentável das terras e a melhoria da gestão florestal no Bioma Cerrado, segundo maior bioma do País e da América do Sul, contribuindo para a redução da pressão sobre as florestas remanescentes, diminuição das emissões de GEE e aumento da captura de CO<sub>2</sub>; e
- **Plano de Investimento para Agricultura Sustentável** lançado pelo Mapa<sup>88</sup> visando aumentar a visibilidade do cenário de oportunidades de investimento verde no agronegócio brasileiro.

---

<sup>85</sup> <https://www.ppi.gov.br/index.php>

<sup>86</sup> Lei n° 13.334, de 2016.

<sup>87</sup> <http://fip.mma.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/00-Plano-de-Investimentos-do-Brasil-para-o-FIP.pdf>

<sup>88</sup> <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-e-cbi-lancam-plano-de-investimento-para-agricultura-sustentavel>

## Principais taxas de impostos

### 1.11

A Constituição Federal<sup>89</sup> atribui a competência para a cobrança de tributos à União, aos Estados e aos Municípios<sup>90</sup>, revestindo o sistema tributário no Brasil de elevado grau de complexidade<sup>91</sup>. Os tributos subdividem-se em impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais<sup>92</sup>.

A tributação incidente sobre investimentos de estrangeiros no Brasil dependerá da modalidade adotada para registro junto do BCB, via investidor não residente ou IED. O capital estrangeiro que ingressa no país destinado a IED, não sofre qualquer tributação, exceto pelo Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) à alíquota de 0,38%<sup>93</sup>.

As **alíquotas** são valores utilizados para calcular qual será o valor de determinado tributo a ser pago. Consultar na seção 1.6 acima o regime de tributação privilegiado de alíquota reduzida.

<sup>89</sup> **Constituição Federal Brasileira** Artigos 145º a162º.

<sup>90</sup> **Lei nº 5.172, de 15 de outubro de 1996**, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1999**, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.

<sup>91</sup> O funcionamento do Sistema Tributário poderá resumir-se nos seguintes aspectos: Os principais impostos são o Imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) e o Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ). As alíquotas (ou seja, os valores utilizados para calcular qual será o valor de determinado tributo a pagar) são definidos a nível estadual e municipal mediante uma margem definida a nível da União Federal. O principal arrecadador de impostos é o governo federal, a que se segue o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que permite: que parte do valor arrecadado retorne aos estados; e que ao abrigo da Alinea a) do artigo 159º da **Constituição Federal** parte dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e impostos sobre produtos industrializados sejam atribuídos nas percentagens de 21,5% aos Estados e Distrito Federal e de 22,5% aos Municípios.

<sup>92</sup> **"Segurança Jurídica do Investidor Estrangeiro no Brasil"**, pp. 28-29.

<sup>93</sup> Nos termos do § 15 do Artigo 7º do **Decreto nº 6.306, de 2007** e § 2º do Artigo 9.º da **Instrução Normativa RFB nº 1.969, de 28 de Julho de 2020**

O quadro seguinte apresenta um resumo dos impostos a nível federal.

IMPOSTOS FEDERAIS	TAXAS
<b>Imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF)<sup>94</sup></b>	Alíquotas: <b>Variável</b> (conforme o rendimento dos contribuintes) Tabelas de incidência mensal (A partir do mês de abril do ano): <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Isento</b> Até 1.903,98 R\$</li> <li>• <b>27,5%</b> Acima de 4.664,68 R\$ Parcela a deduzir do IRPF: 869,36 R\$</li> <li>• Rendimentos previdenciários isentos para maiores de 65 anos até 1.903,98 R\$ (Valor isento mensal)</li> </ul>
<b>Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ)<sup>95</sup></b>	Alíquota: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>15%</b> sobre o lucro apurado, com adicional de <b>10%</b> sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20.000,00 / mês.</li> </ul>
<b>Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)<sup>96</sup></b>	Alíquotas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>9%</b> para as pessoas jurídicas em geral,</li> <li>• <b>15%</b> para pessoas jurídicas consideradas instituições financeiras, de seguros privados e de capitalização.</li> </ul>

<sup>94</sup> IRPF na Receita Federal; Instrução Normativa RFB n.º 1.500, de 29 de Outubro de 2014, anexo II.

<sup>95</sup> IRPJ na Receita Federal; Instrução Normativa RFB n.º 1.700, de 14 de Março de 2017, artigo 21.º.

<sup>96</sup> CSLL na Receita Federal; Lei n.º 7.689, de 15 de Dezembro de 1988, Artigo 3.º.

**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)<sup>97</sup>**

Alíquota varia de acordo com a operação realizada<sup>98</sup>.  
Alíquota máxima de 1,5% ao dia sobre o valor das operações de crédito.

Alíquotas reduzidas, por exemplo na operação de empréstimo, sob qualquer modalidade, inclusive abertura de crédito:

- Pessoa física: **0,0082%**
- Pessoa Jurídica **0,0041%**

Alíquota adicional de **0,38%**, independentemente do prazo da operação, seja o mutuário pessoa física ou pessoa jurídica<sup>99</sup>.

**Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)<sup>100</sup>**

Alíquota: Estabelecida para cada imóvel rural, com base em sua área total e no respectivo grau de utilização, conforme a seguinte tabela:

**ÁREA TOTAL DO IMÓVEL GRAU DE UTILIZAÇÃO (em %)**  
(em hectares)

	Maior que 80	Maior que 65 até 80	Maior que 50 até 65	Maior que 30 até 50	Até 30
Até 50	0,03	0,20	0,40	0,70	1,00
Maior que 50 até 200	0,07	0,40	0,80	1,40	2,00
Maior que 200 até 500	0,10	0,60	1,30	2,30	3,30
Maior que 500 até 1 000	0,15	0,85	1,90	3,30	4,70
Maior que 1 000 até 5 000	0,30	1,60	3,40	6,00	8,60
Acima de 5 000	0,45	3,00	6,40	12,00	20,00

<sup>97</sup> IOF na Receita Federal; Instrução Normativa RFB nº 1.969, de 28 de Julho de 2020 .

<sup>98</sup> Esclarecimentos oficiais sobre a alíquota do IOF prestados pela Receita Federal. Alíquotas do IOF encontram-se previstas nos artigos 6º e 7º do Decreto nº 6.306, de 14 de Dezembro de 2007.

<sup>99</sup> Artigo 9.º § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.969, de 28 de Julho de 2020.

<sup>100</sup> ITR na Receita Federal; Instrução Normativa SRF nº 256, de 11 de Dezembro de 2002, artigo 34º.

<b>Imposto sobre produtos industrializados (IPI)</b> <sup>101</sup>	Alíquota: <b>Variável</b> Apresentada na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI).
<b>Imposto de importação (II)</b> <sup>102</sup>	Incide sobre a importação de mercadorias estrangeiras e sobre a bagagem de viajante procedente do estrangeiro.  Mercadorias estrangeiras: De acordo com a Tarifa Externa Comum - TEC Bagagem de viajante: <b>50%</b>
<b>Imposto de exportação (IE)</b> <sup>103</sup>	Alíquota: <b>30%</b> (Podendo ser reduzida ou aumentada pela Câmara de Comércio Exterior, não podendo ser superior a 150%.)
<b>Contribuições previdenciárias (pessoas físicas)</b> <sup>104</sup>	Alíquotas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>7,5%, 9%, 12% e 14%</b> sobre o salário de contribuição correspondente, de acordo com as faixas salariais constante na tabela publicada periodicamente pelo Ministério da Economia</li> </ul>

<sup>101</sup> IPI na Receita Federal; Decreto nº 8.950, de 29 de Dezembro de 2026, anexo, com respetivas alterações.

<sup>102</sup> II na Receita Federal; Tarifa Externa Comum (TEC) atualizada em 31/03/2021.

<sup>103</sup> IE na Receita Federal.

<sup>104</sup> Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de Novembro de 2009, Artigo 63º, inciso II.

### Contribuições previdenciárias (pessoas jurídicas)<sup>105</sup>

Alíquotas:

- **20%** sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestam serviços.
- **1% (risco leve), 2% (risco médio) ou 3% (risco grave)** incidente sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestam serviços, para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.
- **20%** sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhes prestam serviços, para fatos geradores ocorridos a partir de 1 de Março de 2000.
- **15%** sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, relativamente aos serviços que lhes são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho, para fatos geradores ocorridos a partir de 1 de Março de 2000.
- **Alíquotas variáveis**, a depender da atividade da empresa, para outras entidades e fundos (terceiros), incidentes sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestam serviços.

<sup>105</sup> Contribuições previdenciárias na Receita Federal; Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de Novembro de 2009, Artigo 72º.

Há ainda a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e Financiamento da Seguridade Social (Cofins)<sup>106</sup>. Adicionalmente, o quadro seguinte esquematiza os principais impostos a nível dos Estados e dos Municípios:

### Impostos a nível dos Estados e dos Municípios

<b>Impostos Estaduais</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD);
	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
<b>Impostos Municipais</b>	Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI);
	Imposto sobre Serviços (ISS);
	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

No **Portal Tributário** encontra-se disponível o elenco dos tributos (impostos, taxas, contribuições a cargo do contribuinte) em vigor no Brasil.

## 1.12

### Fontes adicionais de informação

- Fontes oficiais de legislação:
  - **Diário Oficial da União**
  - **Planalto – Governo Federal**
  - **Banco Central do Brasil**

<sup>106</sup> Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins; Instrução Normativa RFB n° 1.911, de 11 de Outubro de 2019.



- **Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração** do Ministério da Economia
- **Glossário de conceitos** referentes a capitais estrangeiros e **estatísticas históricas de IDE** disponibilizados pelo BCB.
- **Direitos dos investidores** elencados pela **Comissão de Valores Mobiliários**.
- Mais informação sobre investimento e empresas:
  - **Portal Camex**
  - **Empresas & Negócios**
  - **Portal do Investidor**
  - Website **Guia de Comércio Exterior e Investimento – Invest & Export Brasil**, plataforma governamental de divulgação das oportunidades de negócios e investimentos no Brasil e no estrangeiro veiculando informação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
- Mais informação sobre formas de investimento estrangeiro nos mercados financeiro e de capitais do Brasil: **Portal do Investidor**.
- Mais informação sobre o sistema fiscal:
  - **Portal Tributário**
  - Sítio oficial das **receitas federais**, **Normas da Receita Federal**, **Normas gerais do IRPJ** e **Normas gerais do IRPJ**.
  - Projecto **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)** visando implantar o modelo nacional de documento fiscal eletrônico.
- Mais informação económica:
  - Página do **Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA)**, fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia.
  - **Resumo da legislação e regulamentação sobre capitais internacionais**
- Acervo público de documentação: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**.

- Informação em língua inglesa sobre acordos comerciais pode ser obtida no portal **Foreign Trade Information System** da *Organization of American States (OAS)*<sup>107</sup>.
- Informação adicional sobre Licenciamento ambiental:
  - **Licenças Ambientais;**
  - O **Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA)** inclui informação sobre **Procedimentos para o licenciamento.**
- **Fontes bibliográficas:**
  - Informação detalhada sobre capital estrangeiro, contratação pública, regime cambial brasileiro, mercado de capitais, tipos societários, sistema fiscal e arbitragem encontra-se disponibilizada no “**Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Brasil**”<sup>108</sup> através do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR) do Ministério das Relações Exteriores.
  - Informação detalhadas sobre:
    - Contexto histórico da Lei de Remessa de Lucros em “**Capital Estrangeiro**” disponibilizada no acervo da **Fundação Getúlio Vargas (FGV)** e em “**Análise da regulação dos investimentos diretos no Brasil**” disponibilizada no repositório do **Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA)**.
    - Desenvolvimento regulatório do Brasil em matéria de investimento estrangeiro em “**Regulação do investimento estrangeiro direto no Brasil: da resistência aos tratados bilaterais de investimento à emergência de um novo modelo regulatório**” disponibilizado em **Revista de Direito Internacional**, publicação do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do **Centro Universitário de Brasília**. No âmbito do Direito Económico disponível em “**Aspectos Relevantes do Regramento dos Capitais Estrangeiros no Brasil**”.
    - Modalidades societárias e conceitos gerais em matéria de investimento em “**Segurança Jurídica do Investidor Estrangeiro no Brasil**” disponibilizado pela plataforma governamental **Invest & Export Brasil** e no artigo *online* “**Regulamentação Jurídica no Brasil dos Investimentos Estrangeiros e sua Implicação nas Sociedades Empresariais**” disponível na plataforma Jusbrasil.
    - Informação detalhada sobre “**SOCIEDADE ESTRANGEIRA Autorização para atos de filial de sociedade empresária estrangeira**”<sup>109</sup> disponibilizada pelo Ministério da Economia.

<sup>107</sup> <http://www.oas.org/en/> Forum regional de discussão política, análise de políticas e tomada de decisão para as relações do hemisfério ocidental.

<sup>108</sup> “**Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Brasil**”, pp. 27-34, 172-174, 35-40, 41-52, 73-96, 97-103, 319-324.

<sup>109</sup> “**SOCIEDADE ESTRANGEIRA, Autorização para atos de filial de sociedade empresária estrangeira**”.

**巴西常用缩写词和首字母缩略词**  
**Siglas e Acrônimos do Brasil**

<b>BACEN/BCB</b>	巴西中央银行	Banco Central do Brasil
<b>CAMEX</b>	外贸委员会	Câmara de Comércio Exterior
<b>CCC</b>	纳税人中央登记	Cadastro Centralizado de Contribuinte
<b>CDNR</b>	非居民申报登记	Cadastro Declaratório de Não Residente
<b>CMN</b>	国家货币委员会	Conselho Monetário Nacional
<b>CNPJ</b>	法人国家登记号	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
<b>CPDOC</b>	巴西当代历史研究与文献中心	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
<b>CPF</b>	个人税务登记号	Cadastro de Pessoas Físicas
<b>CSLL</b>	法人盈利捐(税)	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
<b>CTF/APP</b>	潜在污染型活动和/或使用环境资源的活动的联邦技术登记	Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais
<b>CVM</b>	证券交易委员会	Comissão de Valores Mobiliários
<b>DREI</b>	国家商业登记暨整合局	Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
<b>DPR</b>	贸易投资促进局	Departamento de Promoção Comercial e Investimentos
<b>FIP</b>	森林投资计划	Programa de Investimento Florestal
<b>FPE</b>	州共享基金	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
<b>FPM</b>	市共享基金	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
<b>IBAMA</b>	巴西环境和可再生资源管理局	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IDP</b>	巴西直接投资	Investimentos Direto no País
<b>IE</b>	出口税	Imposto de exportação
<b>IED</b>	外国直接投资	Investimento Estrangeiro Directo
<b>II</b>	进口税	Imposto de importação

<b>IOF</b>	信贷、外汇、保险、证券的金融操作税	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
<b>IPEA</b>	应用经济学研究学会	Instituto de Pesquisa Económica Aplicada
<b>IPI</b>	工业产品税	Imposto sobre produtos industrializados
<b>IRPF</b>	个人所得税	Imposto sobre a renda das pessoas físicas
<b>IRPJ</b>	企业所得税	Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas
<b>ITR</b>	农村土地税	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
<b>LI</b>	实施准照	Licença de Instalação
<b>LO</b>	经营准照	Licença de Operação
<b>LP</b>	预先准照	Licença Prévia
<b>LPS</b>	地震调查准照	Licença de Pesquisa Sísmica
<b>Mapa</b>	农业、畜牧业和食品供应部	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MDIC</b>	工业、外贸与服务部	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
<b>MRE</b>	外交部	Ministério das Relações Exteriores
<b>NF-e</b>	电子税务票据	Nota Fiscal Electrónica
<b>OAS</b>	美洲国家组织	<i>Organization of American States</i>
<b>PPI</b>	投资伙伴计划	Programa de Parcerias de Investimento
<b>RDE-IED</b>	外国直接投资电子申报登记页面	Módulo Registro Declaratório Eletrónico – Investimento Externo Direto
<b>RFB</b>	巴西联邦税务局	Receita Federal do Brasil
<b>SEFAZ</b>	各州税务机关	Secretarias da Fazenda
<b>SISBACEN</b>	中央银行信息系统	Sistema de Informações do Banco Central
<b>SisG-LAF</b>	联邦环境准照管理系统	Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal
<b>Suframa</b>	玛瑙斯自由贸易区监管局	Superintendência da Zona Franca de Manaus

**葡语国家常用缩写词与简称**  
**Siglas e Acrónimos Comuns aos Países de Língua Portuguesa**

<b>AC</b>	主管机关	Autoridade Competente
<b>AIA</b>	环境影响评估	Avaliação de Impacto Ambiental
<b>CAE</b>	经济活动分类	Classificação das Actividades Económicas
<b>CIF</b>	到岸价格 (成本、保险费和航运费)	Cost, Insurance and Freight (Custo, Seguro e Frete)
<b>CIRCI</b>	国际投资争端解决中心	Centro Internacional de Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos
<b>CPLP</b>	葡萄牙语国家共同体	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>IDE</b>	外商直接投资	Investimento Directo Estrangeiro
<b>IVA</b>	增值税	Imposto sobre o Valor Acrescentado
<b>MPME</b>	中小微型企业	Micro, Pequenas e Médias Empresas
<b>OCDE</b>	经济合作与发展组织	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>OGE/OE</b>	国家总预算/国家预算	Orçamento Geral do Estado/Orçamento do Estado
<b>PALOP</b>	非洲葡语国家	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PIB</b>	国内生产总值	Produto Interno Bruto
<b>USD</b>	美元	Dólar dos Estados Unidos
<b>FOFA</b>	强弱危机，即优势、劣势、机会和威胁	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
<b>TIC</b>	信息和通讯技术	Tecnologias de Informação e Comunicação

## 中国—葡语国家经贸合作论坛(澳门) Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)

中国—葡语国家经贸合作论坛（澳门），于2003年10月在澳门创立，由中国中央政府发起、中国商务部主办、澳门特别行政区政府承办，安哥拉、巴西、佛得角、几内亚比绍、莫桑比克、葡萄牙、圣多美和普林西比（圣普于2017年3月正式加入论坛）和东帝汶等八个葡语国家共同参与，是以经贸促进与发展为主题的政府间多边经贸合作机制，旨在加强中国与葡语国家之间的经贸交流，发挥澳门联系中国与葡语国家的平台作用，促进中国内地、葡语国家和澳门的共同发展。

中葡论坛分别于2003年10月、2006年9月、2010年11月、2013年11月和2016年10月在澳门成功举办了五届部长级会议。会议均签署了《经贸合作行动纲领》，确定了在政府间合作、贸易、投资、产能、农业、基础设施、能源、自然资源、教育与人力资源、金融、旅游、运输与通信、文化、卫生、海洋、省市间合作及澳门平台作用等诸多领域的合作内容和目标。在第五届部长级会议期间签署的《中葡论坛关于推进产能合作的谅解备忘录》，开启了中国与葡语国家经贸合作新模式。自论坛成立以来，与会国积极落实行动纲领，不断提升中国与葡语国家的经贸合作水平，取得了一系列重要的成果。



各方在论坛框架下，合作领域、深度、范围、方式、途径都不断扩大和深化，澳门国际地位也不断得到提升，澳门作为联系中国和葡语国家的桥梁和纽带作用也不断显现和强化。

2016年，在中葡论坛第五届部长级会议开幕式上，李克强总理在发表主旨演讲时形象地将中葡论坛誉为以语言文化为纽带、以经贸合作为主题、以共同发展为目标，充分发挥澳门独特优势和平台作用的“一座无形的桥梁”。

O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), adiante designado por “Fórum de Macau”, foi criado em Outubro de 2003, em Macau, por iniciativa do Governo Central da China, contando com a organização do Ministério do Comércio da China e a colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em estreita coordenação com 8 Países de Língua Portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe (tornou-se membro em Março de 2017) e Timor-Leste. O Fórum de Macau é um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental de cariz económica e comercial, com o principal objectivo de promover o desenvolvimento económico e comercial trabalhando para a consolidação do intercâmbio económico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, utilizando o papel de Macau enquanto plataforma de ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, procurando fomentar o desenvolvimento comum do Interior da China, dos Países de Língua Portuguesa e de Macau.

Foram realizadas, em Macau, 5 edições da Conferência Ministerial do Fórum de Macau, respectivamente, em Outubro de 2003, em Setembro de 2006, em Novembro de 2010, em Novembro de 2013 e em Outubro de 2016, tendo sido assinados os “Planos de Acção para a Cooperação Económica e Comercial” que definiram objectivos e conteúdos para a cooperação nas seguintes áreas: cooperação intergovernamental, comércio, investimento, capacidade produtiva, agricultura, infra-estruturas, energia, recursos naturais, educação e recursos humanos, área financeira, turismo, transportes e comunicações, cultura, saúde, domínio do

mar, cooperação entre províncias e municípios, bem como o papel de Macau como plataforma. Por ocasião da 5.ª Conferência Ministerial, foi assinado o «Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum de Macau», abrindo caminho para um novo modelo da cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa do Fórum de Macau.

Desde a criação do Fórum de Macau, os Países Participantes têm procurado implementar empenhadamente os “Planos de Acção”, contribuindo para o incremento da cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, obtendo resultados assinaláveis e de grande alcance.

No enquadramento do Fórum de Macau, as partes têm aprofundado e alargado continuamente as áreas de cooperação nas mais variadas vertentes, inovando com novos modelos de cooperação e estratégias de cooperação; o estatuto de Macau como cidade internacional tem sido gradualmente consolidado; o papel de Macau como ponte e eixo de ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa tem sido reconhecido e resolutamente afirmado.

Em 2016, na Cerimónia de Abertura da 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau, Sua Excelência o Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang declarou, no seu discurso temático, que o Fórum de Macau tem a língua e a cultura como vínculo fraterno, a cooperação económica e comercial como tema e o desenvolvimento comum como objectivo, tirando o melhor partido da vantagem singular de Macau e do seu papel como plataforma que se transformou numa “ponte intangível”.

## 服务平台 Plataforma de serviços

### 澳门在各地办事处 | DELEGAÇÕES DE MACAU

#### 中国内地 Interior da China

##### 澳门特别行政区驻北京办事处 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim

📍 中国北京市王府井东街8号澳门中心16层  
(邮政编号100006)

Nº 8, Wangfujing East Street, 16º F, Macau  
Center, Dongcheng District, Beijing, China  
(P.C.: 100006)

☎ +86 10 58138010 📠 +86 10 58138020

🌐 draemp.gov.mo

#### 葡萄牙 República Portuguesa

##### 澳门驻里斯本经济贸易办事处 Delegação Económica e Comercial de Macau em Lisboa

📍 Avenida 5 de Outubro, Nº 115, 4º andar, 1069  
- 204, Lisboa, Portugal

☎ +351 217818820 📠 +351 217979328

✉ decmacau@decmacau.pt 🌐 decmacau.pt

#### 比利时 Bélgica

##### 澳门驻布鲁塞尔欧盟经济贸易办事处 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas

📍 Avenue Louise, 326, 6.ème étage – Blue Tower,  
1050 Bruxelles, Belgique

☎ +32 2647 1265 📠 +32 2640 1552

✉ deleg.macao@macao-eu.be

#### 瑞士 Suíça

##### 澳门驻世界贸易组织经济贸易办事处 Delegação Económica e Comercial de Macau junto da Organização Mundial do Comércio

📍 Avenue Louis-Casaï, 18, 1209, Genève, Suisse

☎ +41 227100788 📠 +41 227100780

✉ macaoeto@macaoeto.ch 🌐 macaoeto.ch



葡语国家驻中国大使馆 | EMBAXADAS DOS PLP EM PEQUIM

**安哥拉**

**República de Angola**

- 📍 北京市朝阳区塔园外交人员办公楼1单元8层1号 (100600)
- Tayuan DRC: Apt.Flat 1,8 floor N° 1, Chaoyang District,Beijing, China
- ☎ +86 10 65326968 / 6839 📠 +86 10 65322882

**巴西**

**República Federativa do Brasil**

- 📍 北京市朝阳区建国门外光华路27号 (100600)
- 27 Guanghua Lu,Chaoyang District, 100600 Beijing, China
- ☎ +86 10 65322881 📠 +86 10 65322751
- ✉ brasemb.pequim@itamaraty.gov.br
- 🌐 pequim.itamaraty.gov.br

**佛得角**

**República de Cabo Verde**

- 📍 北京市朝阳区塔园外交公寓5-1-71
- Tayuan DRC: Apt. 5-1-71, Chaoyang District, Beijing, China
- ☎ +86 10 65327547 📠 +86 10 65327546
- ✉ secretaris@cvembassy.com

**几内亚比绍**

**República da Guiné-Bissau**

- 📍 北京市朝阳区塔园外交公寓2-2-101
- Tayuan DRC: Apt. 2-2-101, Chaoyang District, Beijing, China
- ☎ +86 10 65327393 📠 +86 10 65327106
- ✉ egb.beijing2010@yahoo.com

**莫桑比克**

**República de Moçambique**

- 📍 北京市朝阳区塔园外交人员办公楼1单元7楼2号
- Tayuan DRC: Apt.Flat 1, 7 floor N° 2, Chaoyang District, Beijing, China
- ☎ +86 10 65323578 / 65323664
- 📠 +86 10 65325189
- ✉ embamoc.china@minec.gov.mz
- embamc@ambamoz.org

**葡萄牙**

**República Portuguesa**

- 📍 北京市朝阳区三里屯东五街8号 (100600)
- San Li Tun Dong Wu Jie, N° 8, 100600 Beijing, China
- ☎ +86 10 65323497 📠 +86 10 65324637
- ✉ pequim@mne.pt 🌐 portugalembassychina.com

**圣多美和普林西比**

**República Democrática de São Tomé e Príncipe**

- 📍 北京市朝阳区秀水街1号JB04-2-92
- Jianwai DRC: Apt. JB04-2-92, N°1, Xiushui Jie, Chaoyang District, 100600 Beijing, China
- ☎ +86 10 85328971 📠 +86 10 85324825-8001

**东帝汶**

**República Democrática de Timor-Leste**

- 📍 北京市朝阳区东直门外大街23号外交办公大楼203B (100600)
- N°203B, 23 Dong Zhi Men Wai St. Chaoyang District, Beijing, China
- ☎ +86 10 85325457 📠 +86 10 85325457/2005
- ✉ embassy@embtimorleste-beijing.com
- 🌐 embtimorleste-beijing.com

## 中国驻葡语国家大使馆 | EMBAIXADAS DA CHINA NOS PLP

### 安哥拉

#### República de Angola

##### 中华人民共和国驻安哥拉共和国大使馆

##### Embaixada da República Popular da China na República de Angola

📍 Rua Presidente Houari Boumediene No.196-200  
Miramar P.O. Caixa Postal 52 Luanda, Angola

☎ +244 222441 683 / 441658 / 341683

☎ +244 222444185 / +244 222344185

✉ Shiguan@netangola.com

🌐 ao.chineseembassy.org

### 几内亚比绍

#### República da Guiné-Bissau

##### 中华人民共和国驻几内亚比绍共和国大使馆

##### Embaixada da República Popular da China na República da Guiné-Bissau

📍 Av. Francisco Joao Mendes Bissau Guiné-Bissau

☎ +245 203637 📠 +245 203590

✉ chinaemb\_gw@mail.mfa.gov.cn

🌐 gw.china-embassy.org

### 莫桑比克

#### República de Moçambique

##### 中华人民共和国驻莫桑比克共和国大使馆

##### Embaixada da República Popular da China na República de Moçambique

📍 Av. Julius Nyerere N° 3142 P.O. Box 4668

Maputo Moçambique

☎ +258 21491560 📠 +258 21491196

✉ chinaemb\_mz@mfa.gov.cn

🌐 mz.chineseembassy.org

### 巴西

#### República Federativa do Brasil

##### 中华人民共和国驻巴西联邦共和国大使馆

##### Embaixada da República Popular da China na República Federativa do Brasil

📍 SES. Av. das Nações, Quadra 813, Lote 51, Asa-Sul, Brasília-DF, Brasil CEP: 70443-900

☎ +55 6121958200 📠 +55 6133463299

✉ chinaemb\_br@mfa.gov.cn

🌐 br.china-embassy.org

### 葡萄牙

#### República Portuguesa

##### 中华人民共和国驻葡萄牙大使馆

##### Embaixada da República Popular da China na República Portuguesa

📍 Rua de São Caetano 2, 1200-601, Lisboa,

Portugal

☎ +351 213967748

✉ chinaemb\_pt@mfa.gov.cn

🌐 pt.china-embassy.org

### 佛得角

#### República de Cabo Verde

##### 中华人民共和国驻佛得角共和国大使馆

##### Embaixada da República Popular da China na República de Cabo Verde

📍 Achada do Santo António P.O.BOX 8 Cidade da Praia Santiago Cabo Verde

☎ +238 623027 / +238 623028

☎ +238 623047 / +238 623007

✉ chinaemb\_cv@mfa.gov.cn

🌐 cv.chineseembassy.org

**圣多美和普林西比**

**República Democrática de São Tomé e Príncipe**

**中华人民共和国驻圣多美和普林西比民主共和国大使馆**

**Embaixada da República Popular da China na República Democrática de São Tomé e Príncipe**

☉ Av. Kwame N’Kruma 24B, República

Democrática de São Tomé e Príncipe

☎ +239 2221798

✉ consulate\_stp@mfa.gov.cn

🌐 st.china-embassy.org

**东帝汶**

**República Democrática de Timor-Leste**

**中华人民共和国驻东帝汶民主共和国大使馆**  
**Embaixada da República Popular da China na República Democrática de Timor-Leste**

☉ Avenida Governador Serpa Rosa P.O.Box 131  
Farol Dili, Timor-Leste

☎ +670 3325167 / +670 3325168 ☎ +670 3325166

✉ consulate\_tmp@mfa.gov.cn

🌐 tl.chineseembassy.org

**葡语国家驻澳门总领事馆 | CONSULADOS GERAIS DOS PLP ACREDITADOS EM MACAU**

**安哥拉**

**República de Angola**

☉ 澳门友谊大马路918号澳门世界贸易中心14楼A-B座

Avenida da Amizade 918, World Trade Center,  
14° A e B, Macau

☎ +853 28716229

✉ consulado.macau@mirex.gov.ao

🌐 consgeralangola.org.mo

**莫桑比克**

**República de Moçambique**

☉ 澳门宋玉生广场诚丰商业中心21J座

Alameda Dr. Carlos D’Assumpção,  
Cheng Feng Centro Comercial, 21° J, Macau

☎ +853 28508980 / +853 28508970

✉ consuladomocambique@live.com

🌐 mozconsulate-macau.org.mo

**葡萄牙**

**República Portuguesa**

☉ 澳门伯多禄局长街45号

Rua Pedro Nolasco da Silva 45

☎ +853 28356660 / 1 / 2

✉ macau@mne.pt 🌐 cgportugal.org

**巴西**

**República Federativa do Brasil**

☉ 香港湾仔港湾道30号新鸿基中心20楼, 2014-2021室

Harbour Road 30, Sun Hung Kai Centre  
20° Andar, Salas 2014-2021,  
Wanchai, Hong Kong

☎ +852 25257004

✉ cg.hongkong@itamaraty.gov.br

## 葡语国家驻澳门名誉领事 | CÔNSULES HONORÁRIOS DOS PLP EM MACAU

### 佛得角

#### República de Cabo Verde

👤 周锦辉 David Chow Kam Fai  
 ☉ 澳门友谊大马路及孙逸仙大马路，  
 澳门渔人码头励宫 地面层一号铺及一楼  
 Avenida da Amizade e Avenida Dr. Sun Yat-Sen,  
 Macau Fisherman's Wharf, G/F Shop 01 & 1/F,  
 The Palace, Macau  
 ☎ +853 28788138 ✉ caboverde2007@gmail.com

### 几内亚比绍

#### República da Guiné-Bissau

👤 陈明金 Chan Meng Kam  
 ☉ 澳门冼星海大马路105号金龙中心13楼H室  
 Avenida Xian Xing Hai, N° 105, Centro Golden  
 Dragon, 13° H, Macau  
 ☎ +853 2855 1999 ☎ +853 2872 1555  
 ✉ guinea\_bs\_macau@yahoo.com

## 葡语国家投资贸易促进机构 | INSTITUTOS DE PROMOÇÃO

### 安哥拉

#### República de Angola

**安哥拉投资和出口促进局**  
**Agência para a Promoção de Investimento e**  
**Exportações de Angola (AIPEX)**  
 ☉ Rua Kwamme Nkrumah, N° 8, Maianga Luanda  
 – Angola  
 ☎ +244 222391434 / 331252  
 ✉ info@aipex.gov.ao 🌐 aipex.gov.ao

### 巴西

#### República Federativa do Brasil

#### 巴西外贸和投资促进局 Apex Brasil

巴西利亚总部 Escritório Sede (Brasília – DF)  
 ☉ SAUN Quadra 05, Bloco C, Torre II, salas 1201  
 a 1701 – Centro Empresarial CNC – CEP:  
 70.040-250 – Brasília-DF  
 ☎ +55 61 2027-0202  
 ✉ apexbrasil@apexbrasil.com.br  
 🌐 portal.apexbrasil.com.br

### 佛得角

#### República de Cabo Verde

**佛得角投资和旅游促进局**  
**总部**  
**Cabo Verde TradeInvest**  
**Sede**  
 ☉ Rotunda da Cruz de Papa, 5 C.P. 89 - C Achada  
 Santo António, Praia, Cabo Verde  
 ☎ +238 2604110 / 11 ☎ +238 2621488  
 ✉ info@cvtradeinvest.cv 🌐 cvtradeinvest.com

### 几内亚比绍

#### República da Guiné-Bissau

**几内亚比绍投资促进局**  
**Agência de Promoção de Investimento – Guiné-**  
**Bissau Investimentos**  
 ☉ Avenida Amílcar Cabral, N° 67 r/c Esq.,  
 Bissau – Guiné-Bissau  
 ☎ +245 955 651 412  
 ✉ mef-gb.com/pt

**莫桑比克**  
**República de Moçambique**

**莫桑比克出口促进局**

**Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX)**

📍 Rua da Imprensa 332, Ground Floor, Maputo

☎ +258 21321291 / 2 / 3

✉ apiex.gov.mz 🌐 invest.apiex.gov.mz

**葡萄牙**  
**República Portuguesa**

**葡萄牙经贸投资促进局**

**Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)**

总部 Sede da AICEP

📍 Rua Julio Dinis, 748 - 9º Dto, 4050-012 Porto

☎ + 351 22 6055 300

✉ aicep@portugalglobal.pt 🌐 portugalglobal.pt

里斯本分部 Sede em Lisboa

📍 Rua de Entrecampos, nº 28

Bloco B – 12º Andar, 1700-158 Lisboa

☎ + 351 217 909 500

✉ aicep@portugalglobal.pt 🌐 portugalglobal.pt

**葡萄牙开发融资机构**

**SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito**

📍 Av. Casal Ribeiro, Nº 14 – 4, 1000-092 Lisboa, Portugal

☎ +351 213137760 📠 +351 213137779

✉ sofid@sofid.pt

**圣多美和普林西比**  
**República Democrática de São Tomé e Príncipe**

**圣多美和普林西比贸易投资促进局**

**Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI)**

☎ +239 2222653

✉ felipe.boamorte@meci.gov.st

**东帝汶**  
**República Democrática de Timor-Leste**

**东帝汶贸易投资局**

**TradeInvest Timor-Leste**

📍 Rua 25 de Abril, Nº 8 Colmera, Vera Cruz Dili, Timor-Leste

☎ +670 3311105 📠 +670 3311553

✉ drem@investtimor-leste.com 🌐 tradeinvest.tl



Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial  
entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)

中国—葡语国家经贸合作论坛(澳门)常设秘书处

